

ANA MARIA RAMALHO MELO

***A MIGRAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA
PARA A ESCOLA PRIVADA: uma reflexão sobre a
realidade de um município do Estado do Maranhão,
Brasil.***

Orientadora: Rosa Serradas Duarte

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

Lisboa

2017

ANA MARIA RAMALHO MELO

***A MIGRAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA
PARA A ESCOLA PRIVADA: uma reflexão sobre a
realidade de um município do Estado do Maranhão,
Brasil.***

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 15 de dezembro de 2017, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 445/2017, de 7 de dezembro de 2017, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Óscar Conceição Sousa

Arguentes:

Prof. Doutor Leonardo Rocha

Orientadora:

Doutora Rosa Serradas Duarte

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2017

Onde quer que haja mulheres e homens, há
sempre o que fazer, há sempre o que ensinar,
há sempre o que aprender.

Paulo Freire

Aos meus pais, por sempre me ensinar o que é
de mais precioso na vida de uma pessoa: Deus,
família, amigos e o conhecimento.

Agradecimentos

A Deus, pela calma que sempre traz ao meu coração, quando as tormentas da vida tentam me sufocar.

A minha família, meu porto seguro, pelo apoio e amor dispensados a mim. Foi fundamental para a realização dos meus sonhos acadêmicos.

Aos meus amigos e colegas da profissão professor, obrigada por estarem sempre na torcida, vocês são pilares fundamentais que alicerçam a construção do meu caminho em busca do conhecimento.

Aos meus irmãos de fé, por estarem sempre presentes na minha vida através das orações.

À minha orientadora Doutora Rosa Serradas Duarte, que me mostrou o quanto é importante o apoio de um mestre na busca do conhecimento de um discípulo. Obrigada por sua paciência e bondade, valeu cada ensinamento, pois foram estas suas qualidades que me guiaram até aqui.

Resumo

A educação básica brasileira vem passando por transformações, desde o seu surgimento até os dias atuais, que visam atender as demandas, para qualificar o processo de ensino e aprendizagem, no intuito de formar o cidadão de forma integral. Por isso, esta tornou-se “o direito de todos”. Porém, apesar de todo aparato legal que a educação básica brasileira possui, esta vem passando por grandes problemas que insistem em permanecer no âmbito escolar. Assim, na busca da consolidação deste direito, muitas famílias procuram nas escolas privadas a garantia da aquisição de uma educação satisfatória e plena para seus filhos. Desta forma surge o fenômeno da migração de alunos da escola pública para a escola privada, um movimento das famílias de baixa renda, que buscaram no programa social “Bolsa Família” subsídios para garantir o direito de uma educação pautável como direito. A pesquisa desenvolveu-se no cenário sócio educacional de um município maranhense, onde a pesquisadora observa o fenômeno de migração desde 2010. Para melhor resultado, o desenvolvimento da pesquisa se deu em dois momentos: primeiro, observação na secretaria e escolas onde o fenômeno da migração era mais grave; depois, entrevistas aleatórias com 30 famílias a partir do descritor participantes do Programa Bolsa família. O presente trabalho tem por objetivo compreender as causas da migração escolar dos alunos do ensino fundamental das escolas públicas para as escolas privadas, em um município do Estado do Maranhão.

Palavras – chave: Educação. Escolas. Políticas públicas.

Abstract

The basic education in Brazil has been undergoing transformations, since its appearance until the present day, which aim to meet the demands, to qualify the teaching and learning process, in order to form the citizen of integral way. Therefore, this became "the right of everyone." However, despite all the legal apparatus that the Brazilian basic education has, this has been going through major problems which insist on staying in school. Thus, in the pursuit of the consolidation of this law, many families seek private schools to guarantee the acquisition of a full and satisfactory education for their children. Thus arises the phenomenon of migration of students from public schools to private school, a movement of low-income families, who sought the social program "Bolsa Familia" subsidies to ensure the right to an education as a right. The research was developed in the scenario educational partner of a maranhense county, where the researcher observes the migration phenomenon since 2010. For best results, the development of the research occurred in two moments: first, note the secretariat and schools where the migration phenomenon was more severe; then, random interviews with 30 families from the descriptor for participants of the Bolsa Família Program. The present study aims to understand the causes of migration schooling for primary school students from public schools to private schools, in a county of Maranhão state.

Key words: Education. Schools. Public policies.

Índice Geral

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Índice Geral.....	7
Índice de Quadros.....	10
Índice de Gráficos.....	10
Introdução	11
CAPÍTULO I - ALGUMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL	16
1.1. Desafios da Educação Pública Brasileira	16
1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: Fundamentos legais, Normativos e Proposições Governamentais	20
1.2.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	23
1.2.2. Programa Mais Educação	24
1.2.3. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC	25
1.2.4. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	26
1.2.5. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	28
1.3. O Programa Bolsa Família e sua contribuição para os beneficiários.....	30
1.3.1. Programa Bolsa Família	31
1.3.2 Condicionais.....	34
1.3.3 – Cadastro Único	34
1.3.4 Plano Brasil sem Miséria	35
1.4. Expectativas sobre a educação dos filhos oriundos das famílias de baixa renda ..	37
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	39
2.1. Tipificação da cidade pesquisada.....	39
2.1.1. Dados Históricos	39
2.1.2. Dados Geográficos	40
2.1.3. Características do Município.....	41
2.2. Contexto sócio econômico	41

2.3. Contexto Educacional	43
2.4. Indicadores da Educação Básica	45
2.4.1. Ensino Fundamental	47

CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTAIS DA PESQUISA

3.1. Objetivos.....	50
3.1.1. Objetivo Geral:	50
3.1.2. Objetivos Específicos:	51
3.2. Local.....	51
3.3. Participantes	52
3.4. Instrumentos de coleta de dados	52
3.5. Coleta de dados	52

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Dados recolhidos para análise documental	53
4.2. Dados recolhidos por entrevista	53
4.2.1. Gênero	54
Ao realizar a pesquisa com as famílias, tive o cuidado de contabilizar quantos dos entrevistados seriam do sexo feminino e masculino, obteve-se, o seguinte resultado:	54
4.2.2. Idade	54
4.2.3. Renda familiar	56
4.2.4. Programa Bolsa Família	57
4.2.5. Formação	58
4.2.6. Escolha da escola privada	59
4.2.7. Fracasso Escolar	63
4.2.8. Satisfação com o resultado na escola privada?	68
4.3. Dados recolhidos pela observação não participante na Secretaria Municipal de Educação.	70
4.3.1. Programas Desenvolvidos:	71
4.3.2. Outras Atividades Desenvolvidas	74

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICES	I
APÊNDICE I – Guião de Entrevista.....	II

Índice de Quadros

Quadro 1. QUADRO 1 – Diretrizes do PNAE FONTE: BRASIL, 2009. (BRASIL, 2014)..	29
Quadro 2 - Quadro 1 – Valor do Benefício repassado pelo PBF às Famílias com renda per capita de até R\$ 70,00 (MDSCF, 2010)	32
Quadro 3 - Quadro 2 – Valor do Benefício repassado pelo PBF às Famílias com renda percapita compreendida entre até R\$ 70,01 e R\$ 140,00	33
Quadro 4 - Dados por nível e escolaridade dos Professores concursados - 2015	44
Quadro 5 - Demonstrativo Geral de Matrículas – Ano 2010 - 2015	45
Quadro 6 - Ideb do Ensino Fundamental do Município de Brejo - Anos Iniciais	46
Quadro 7 - Ideb do Ensino Fundamental do Município de Brejo – MA Anos Finais.....	46
Quadro 8 – Metas projetadas 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.	48
Quadro 9: Unidades Escolares que trabalharam com o Programa “Mais Educação”:	72

Índice de Gráficos

Gráfico 1	54
Gráfico 2	54
Gráfico 3	56
Gráfico 4	57
Gráfico 5	58
Gráfico 6	60
Gráfico 7	65
Gráfico 8	68

Introdução

A educação é um direito de todos, está nos autos da carta Magna Brasileira (CF 1988). E este direito tem sido implementado a partir das políticas públicas criadas através do Governo Federal, executadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Em virtude destas políticas públicas, apontou-se um novo olhar, um olhar holístico que procura encontrar respostas aos questionamentos que ecoam em torno da qualidade da educação básica pública. Enfocando nas políticas públicas como investimentos que venham trazer qualidade no processo de aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento da cidadania do aluno/cidadão.

Este trabalho pretende elucidar um fenômeno que ocorre aproximadamente há 8 anos em um município do estado maranhense, onde famílias de baixa renda que participam de um programa social “Bolsa Família”, vem matriculando seus filhos nas escolas privadas deste município. Mesmo com todo os entraves que atrapalham o desenvolvimento da escola pública, há nela políticas que beneficiam o aluno matriculado, pode-se citar: merenda escolar, transporte, atendimento pedagógico no contraturno, livro didático, dentre outras.

O estudo transita em torno das políticas públicas da educação básica brasileira, busca entender a emigração dos alunos da escola pública para a privada dos filhos das famílias bolsistas do programa bolsa família, analisa a queixa das famílias com relação à escola pública, e verifica se o resultado almejado por estes é concretizado na escola privada.

Bem como, visa apresentar a migração dos alunos da escola pública para a escola privada, alunos oriundos de família de baixa renda participantes do Programa Bolsa Família, a partir de uma reflexão da realidade de um município maranhense, da Região Nordeste, Brasil.

A educação pública, principalmente da educação básica, “é um direito de todos”, garantida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, assim, seria expectável que as famílias de baixa renda, participantes do Programa Bolsa família, matriculassem seus filhos na escola pública, gratuita, que promove e incentiva o aluno a desenvolver-se plenamente. Porém, a realidade é que, a partir da bolsa recebida, muitas famílias estão matriculando os filhos na escola privada, acreditando ser melhor para seus filhos, no tocante à garantia do desenvolvimento dos mesmos em sua plenitude.

Isto decorre, porque o retrato das escolas públicas brasileiras da educação básica, não generalizando, não está bem. A cada ano muitas crianças estão saindo do 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever. Muitos, às vezes, só sabem copiar. E

quando se analisa a situação destas escolas no interior do Estado do Maranhão, percebe-se que a situação vai de mal a pior. E os motivos vão desde a estrutura física das escolas à organização das salas, má formação profissional, ausência da família, dentre outros.

Criam-se leis, e tenta-se ajustá-las, e na tentativa de avançar caminha-se a passos lentos. Entretanto, dentre muitas ações brasileiras e atitudes de grandes educadores que fizeram a diferença em seu tempo (Darcy Ribeiro, a título de exemplo), criou-se a LDB (Lei de Diretrizes da Educação Brasileira), que apontou caminhos, horizontes para a área educacional nacional. Para adentrar ao tema proposto, inicia-se citando a LDB Nº 9.394/96, Art. 2º que trata do dever da educação:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua finalização para o trabalho.

Para tanto, necessita-se que as políticas públicas sejam implementadas para a obtenção da qualidade desta educação. Assim, entende-se por políticas públicas, tudo aquilo que os governos implementam para o bem-estar da sociedade e surge através da união dos governos com a sociedade civil organizada, onde há consenso entre ambas para estudar de forma sensata onde aplicar essas políticas, os recursos e serviços que serão prestados. (PRETTO, 2001)

Por outro lado, as políticas públicas aplicadas no desenvolvimento da sociedade, através da Educação, no setor público não são proporcionais para abranger a todos em sua totalidade, haja vista que o investimento do governo para que todos tenham acesso à educação é notório por toda a sociedade, mas quando este chega aos municípios é de forma fragmentada, por falta de informação e/ou por falta de interpretação.

Entretanto, os problemas que afetam a educação, tem interferido na qualificação do ensino público, enfraquecendo as potencialidades do educando, ocasionando repetência, distorção ano/idade, dentre outros males educacionais atuais. E assim, o problema estende-se e agrava-se, mais ainda nas cidades interioranas maranhenses.

Assim sendo, tem-se observado no município campo desta pesquisa, um índice elevado de insatisfação por parte da população, com o processo ensino aprendizagem ofertado pelas escolas públicas da rede municipal de ensino, devido aos resultados obtidos nos últimos anos como: reprovação, repetência que causam a distorção ano/idade, alunos indo para os anos posteriores sem saber ler e escrever. Vale ressaltar que o quadro de professores do município é bom, pois são formados em áreas específicas, com pós-graduações em diversas áreas do

conhecimento, porém, o fenômeno do “não aprendido dos alunos” tem causado insatisfação em muitas famílias, que optam em matricular seus filhos em escolas particulares. Tal atitude, tem aumentado o índice de credibilidade da mesma.

Outro agravante, é o excesso de alunos por sala, principalmente no primeiro ciclo (1º ao 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Pois numa sala onde deveria haver 25 alunos, conforme LDB nº9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é superlotada com quase o dobro da capacidade e isto contribui muito para o não aprendido, reprovação e evasão, que se torna o maior problema educacional, no município.

Neste município, existem aproximadamente 65 escolas da rede pública municipal de ensino, 4 da rede estadual e 4 da rede privada de ensino, que oferecem educação para as crianças, adolescentes, jovens e adultos, mas infelizmente, não atende à demanda com qualidade.

Se a implementação das políticas públicas e dos recursos destinados à educação fossem aplicadas de forma séria e organizada pelas esferas governamentais do país não atenderia essa necessidade da população, mais minimizaria a situação em que se encontra não só o município em questão, mas a maioria dos municípios brasileiros.

O estudo das políticas públicas é uma questão atual e se mostra objeto de investigação tanto dos sistemas políticos e econômicos, quanto dos sistemas sociais educativos. Daí a importância das políticas públicas em todas as esferas dos governos, pois é através das mesmas que são evidenciados os problemas e as soluções de atuação do poder público para solucioná-los com êxito, por isso é de suma importância a participação da sociedade civil no conhecimento dessas políticas diferenciando-as das políticas partidárias e de como é relevante para o êxito e andamento das necessidades básicas e essenciais para o bem-estar de todos, como educação, a título de exemplo, que é prioritário para o desenvolvimento humano.

Ademais é preciso que a sociedade se organize e principalmente que conheça todo o processo que envolve as políticas públicas para reivindicar seus direitos e cobrar dos governantes mais ações voltadas para a resolução de problemas, como por exemplo, mais escolas para atender com qualidade as crianças, adolescentes, jovens e adultos, universidade para todos aqueles que queiram realmente cursar uma universidade, pois os recursos aplicados de forma organizada e séria certamente ajudarão no acesso de todos os brejenses a uma educação melhor, de qualidade que possibilite aos mesmos o desenvolvimento de capacidades que os ajudem a exercer sua cidadania plena.

Partindo desta premissa, o tema ora desenvolvido é de grande relevância, pois é imprescindível resgatar a credibilidade da educação pública brejense, haja vista que a população local é carente, sendo que a maioria vive de salário mínimo e do programa bolsa família, tornando-a distante da possibilidade de custear os filhos em escolas públicas, apesar que, muitos deles, sem condições, apostam nas escolas privadas para que seus filhos possam obter conhecimento através da educação sistemática.

A partir destas considerações, objetiva-se responder aos seguintes questionamentos: Porque muitos alunos estão deixando de estudar nas escolas públicas do Ensino Fundamental de um município maranhense, indo para as Escolas da rede privada? Será que na escola privada os alunos estão tendo o resultado esperado pelas famílias?

A pesquisa desenvolveu-se no cenário sócio educacional de um município maranhense, onde a pesquisadora observa o fenômeno de migração desde 2010. Para melhor resultado, o desenvolvimento da pesquisa se deu em dois momentos: primeiro, observação na Secretaria Municipal de Educação; depois, entrevistas aleatórias com 30 famílias (por amostragem) a partir do descritor participantes do Programa Bolsa família.

Para dar embasamento teórico a este trabalho, necessitou-se buscar em Costa (2009), Freire (2011), Gadotti (2011), Libâneo (2008), Perrenound (2000), Pretto (2001), como também, na própria Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010), Plano Nacional de Educação (2014), Plano Municipal de Educação (2015) dentre outros pensadores, subsídios necessários para valor científico na pesquisa ora desenvolvida.

Este estudo encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo que no primeiro abordou-se sobre as políticas públicas educacionais do Brasil e os desafios que esta educação tem enfrentado, assim como também os marcos legais e normativos que o governo federal tem assimilado como obrigatoriedade para o funcionamento qualitativo da educação para todos, bem como as políticas sociais e as expectativas educacionais dos filhos das famílias de baixa renda; no segundo capítulo contextualizou-se a pesquisa, enfocou-se algumas reflexões sobre a situação educacional do município campo da pesquisa; no terceiro citam-se os objetivos e a metodologia utilizada para a realização deste estudo; no quarto e último capítulo apresentam-se os resultados, além da análise e discussão dos dados apresentados, e por fim, as considerações finais seguida pelas referências e apêndices.

Espera-se contribuir para uma maior visibilidade nas questões referentes à qualificação profissional para o processo de ensino pleno para todas as crianças nas instituições de ensino

público, com garantia de um atendimento profissional que possibilite o pleno desenvolvimento das crianças.

CAPÍTULO I - ALGUMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL

Entende-se que a política social sustenta as ações e programas de intervenção de um governo. Desta forma, as políticas sociais são entendidas como as de educação, saúde, previdência, dentre outros. (HÖLFING, 2001).

Este capítulo tratará sobre os desafios que a educação pública brasileira vem enfrentando para aquisição de qualidade e igualdade nos trabalhos desenvolvidos na escola pública. Assim como, enfocará as políticas públicas voltadas para o ensino fundamental, apresentando as leis e decretos que amparam os alunos, que apontam caminhos para encontrar a qualidade e a equidade na educação.

Ainda abordará sobre os impactos que o Programa Bolsa Família causou nas famílias bolsistas e a perspectiva destas famílias no que tange à educação de seus filhos voltada para expectativa de qualidade de vida.

1.1. Desafios da Educação Pública Brasileira

Qualidade e equidade em Educação são temáticas sempre abordadas por profissionais das mais variadas áreas e especialistas. Para obter esta qualidade e equidade, é necessário a implementação de políticas públicas que venham suprir necessidades de ordem administrativa, de manutenção e conservação das escolas, formação inicial e continuada dos professores, entre outros.

Haja vista que, se torna impossível construir uma sociedade que tenha como pilares a cidadania, a ética, os valores e a família sem que a educação sistemática possa ser o alicerce que a fecunde. Portanto, é interessante analisar os problemas que são mais notórios na educação atual, com ênfase para o ensino básico, tratando inclusive do processo de ajustes e transformações que se iniciaram no Brasil com as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996.

Todavia, torna-se importante o entendimento sobre políticas públicas, assim sendo, conceitua-se que:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010, p. 9)

A população brasileira valoriza de forma peculiar a educação formal, mesmo com todos os entraves que atropelam o seu desenvolvimento. Pois um povo educado é um povo saudável e feliz, segundo dito popular. É válido ressaltar que o número de ofertas de vagas nas instituições é menor que o número de procura, que a cada ano aumenta, apesar do abandono escolar, que também muito diminuiu. De repente o que precisa melhorar é a implementação de mais políticas públicas para os municípios brasileiros. Sabe-se que a educação pública de qualidade "é obrigação do Estado, sendo ainda o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito", sendo este um direito público subjetivo contido na Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

É imprescindível que as escolas estejam adequadas para receberem crianças ou adolescentes, pois é seu direito frequentar uma escola e receber um ensino de qualidade, possibilitando a construção de valores que o levem ao exercício da cidadania, para tanto, as políticas públicas devem estar sendo implementadas de acordo com as necessidades peculiares de cada localidade, de cada município.

Primando educação de qualidade, vale ressaltar que o ato de ler é um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de entender o mundo a partir de uma característica particular ao homem, sua capacidade de interação com o outro através das palavras, que por sua vez estão sempre submetidas a um contexto. Neste ínterim, pode-se dizer que o ato de ler é o objetivo primordial de todas as políticas públicas implementadas em prol da educação básica pública brasileira. Desta forma, muitos autores afirmam que a recepção de um texto nunca poderá ser entendida como um ato passivo, pois quem escreve o faz pressupondo o outro. Desta forma, a interação leitor-texto se faz presente desde o início de sua construção.

Com este mesmo entendimento, Souza (1992 p. 22) afirma:

Leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Nesta concepção de leitura onde o leitor dialoga com o autor, a leitura torna-se uma atividade social de alcance político. Ao permitir a interação entre os indivíduos, a leitura não pode ser compreendida apenas como a decodificação de símbolos gráficos, mas sim como a leitura do mundo, que deve ser constituída de sujeitos capazes de compreender o mundo e nele atuar como cidadãos.

Por isso, desconfia-se que a migração dos alunos das escolas públicas para as escolas privadas, está intrinsecamente ligada a falta de leitura aliada ao medo da reprovação, dois fatores que causam o abandono escolar e a distorção série/ idade. A falta de leitura das crianças e adolescentes, jovens e adultos, de acordo com a realidade dos municípios brasileiros, parte do analfabetismo dos pais, logo, estas crianças não tem acessibilidade à leitura, falta de bibliotecas adequadas e brinquedotecas que possibilite um despertar pelo gosto da leitura. Partindo dessa premissa, mais políticas públicas para biblioteca, brinquedoteca, mais salas de aula, mais profissionais na educação, psicopedagogo, psicólogo e assistente social para que haja promoção de uma educação de qualidade.

Ademais, é relevante que a sociedade conheça e participe de forma acentuada das ações voltadas para a aplicação das políticas públicas por parte dos governos e procure de forma correta analisar a necessidade e realidade do município para que se possa através de palestras e esclarecimentos chegar a um consenso, de como aplicar de forma mais centrada e mais responsável as políticas públicas. Mas há ainda um grande obstáculo e entrave por parte da sociedade na falta de conhecimento e na participação desses movimentos que certamente beneficiará os cidadãos do município.

Pois, segundo Gadotti (2007), o desenvolvimento de um povo está atrelado à qualidade da educação que lhe é oferecida. Em outras palavras, é notório que, quando a educação vai bem, a saúde é melhor, a ética é mais acessível aos seres e a cidadania transcende. Seguindo esta perspectiva, caberia aos governos fazer reflexões sobre suas práticas, recursos que vem adotando.

O ano de 2013 ficou marcado na história brasileira como o grande despertar que ocasionou algumas mudanças no cenário brasileiro. Outros protestos continuam em aberto, dentre eles, grandes entraves que impedem o desenvolvimento educacional de qualidade e créditos sociais com referência à escola pública, principalmente o ensino infantil, fundamental e médio, importantes etapas para o desenvolvimento educacional brasileiro.

Segundo a LDB 9394/96, em seu Art. 4º, afirma que é “dever do Estado com a educação pública mediante a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito”. Isto acontece, e é cumprido. Em cada município brasileiro existem várias escolas públicas, com salas superlotadas porque a quantidade de alunos é superior a quantidade de salas existentes no prédio. Com a superlotação, tem-se como primeiro requisito para desqualificação da escola “a má aprendizagem”.

Ao se refletir sobre a qualificação ou desqualificação da escola pública questiona-se a priori sobre o professor, sem dúvida nenhuma, o professor é a peça fundamental para o desenvolvimento educacional de um país. Segundo Freire (2000, p.67)

[...] que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho. [...] Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

É de conhecimento nacional e internacional a desvalorização do professor brasileiro desde o seu salário até seu papel como idealizador e transformador de mundos. Para a política partidária nacional, o professor é um grande perigo, jamais visto como aliado, porque ele conhece, sabe, pois na arte de ensinar, aprende-se e, neste constante aprender abre-se caminhos para verdades, clareia-se as ideias que levam a reflexões que atingem a liberdade.

E entre tudo isto está o educando, nem todos tem a oportunidade de aprender a ler e escrever, adentrar ao mundo do conhecimento de acordo com a sua faixa etária no ano/série certo. Em contrapartida, na sua maioria, outros alunos chegam ao 5º ano do Ensino Fundamental pré-silábico, ou não alfabetizado, sendo apontado como único culpado do seu não aprendizado. É corriqueiro ouvir professores em reunião escolares dizendo que “o aluno não quer nada com a vida”, e aí questiona-se como uma criança que adentra na escola desde 1 ano e 6 meses de idade e chega ao 5º ano do ensino fundamental com dez anos de idade, não sabe ler e escrever porque não quer? Eis um dos grandes problemas da educação nacional.

Vale ressaltar que é necessário e urgente resgatar a importância do professor frente à sociedade, como também, sua autoestima e confiança. Pois o não aprender, repetência, abandono e evasão escolar, dentre outros problemas educacionais atuais, seja também outro grande entrave educacional.

Se a educação liberta, com certeza a escola é o lugar onde todos os cidadãos encontrarão o caminho para a libertação. Porém, se ela aliena, torna-se necessário resgatar subsídios que venha desaliená-la, para tanto, necessita de grandes transformações, iniciada com pequenas mudanças que surtam grandes efeitos, e isto decorre no ato de ensinar e aprender, professor e educando na consecutiva e grande arte que transforma e liberta (FREIRE, 1996).

Segundo Anísio Teixeira (1970 apud FERRARI, 2008) “educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”. Rememorar Anísio Teixeira neste trabalho é de grande importância, pois este foi o idealizador da escola pública

no Brasil, ao tornar o ensino público e gratuito. Anísio Teixeira deu vida à sociedade brasileira naquele momento histórico, e deu oportunidade de o professor ser o indutor da vida daqueles que buscaram na educação, vida (conhecimento).

Perrenoud (2000) corrobora ao afirmar que o ofício do professor deve ser “transformador, inovador, com autonomia e responsabilidades voltados para as situações de aprendizagens”. Para tanto, o professor deve reatualizar suas práticas, reafirmar seus deveres com sua clientela.

Em contrapartida, o governo federal, mesmo não valorizando o professor através do financeiro da forma esperada pela categoria, cabe aqui ressaltar que o mesmo tem criado vários programas, na tentativa de combater o fracasso escolar e qualificar o ensino público, a título de exemplo, cita-se: PDE (Programa de Desenvolvimento da Educacional) PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que expande-se com mais educação, mais cultura, sustentabilidade, acessibilidade, campo, rural, urbano; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Programa Caminho da Escola, dentre outros. Estes programas vieram para dar suporte ao trabalho do professor: monitor (professor auxiliar) para trabalhar no contraturno as necessidades educativas dos alunos, materiais didáticos, tecnologias da informação, dentre outros.

Estes programas ainda dão suporte às escolas com materiais permanentes como: refrigeradores, armários, ventiladores, mesas, cadeiras, carteiras, etc., e pequenas reformas na estrutura física da escola, como ampliações e adequações de portas e rampas de acesso para portadores de deficiências, materiais pedagógicos, de limpeza, de expediente, e também formação continuada de professores.

É urgente e necessário um despertar, para um despontar de uma educação de qualidade, equidade, libertadora, que exprima vida, que oportunize a sociedade galgar o conhecimento científico que é transmitido pela escola, para que todos, sem exceção, tenham acesso a ela.

1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: Fundamentos legais, Normativos e Proposições Governamentais

A educação representa fator decisivo no processo de mudança na vida das pessoas nas dimensões pessoal, social e profissional. O processo educativo deve iniciar-se na infância e continuar ao longo da vida, enquanto condição fundamental para o desenvolvimento humano.

O direito a educação ancora-se legalmente na Constituição Federal Brasileira de 1988 que determina no Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A legislação educacional brasileira, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Nº 9394/96, denominada Carta Magna da Educação, define que “a educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB, Art. 2º).

No decorrer de sua vigência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nesse período de 1996 a 2016, ou seja, 20 (vinte) anos, vem passando por alterações significativas, com a sanção de novas leis que são incorporadas ao texto original, demonstrando assim, os avanços quanto aos direitos à educação e as significativas mudanças estruturais, no sentido de favorecer as condições adequadas à sua efetivação.

No que concerne ao ensino fundamental, o Art. 32 determina a obrigatoriedade desse nível de ensino para 9 (nove) anos, com início previsto para os 6 (seis) anos de idade. O amparo legal para a ampliação do ensino fundamental de 8 (oito) para 9 (nove) anos, constitui-se basicamente dos dispositivos:

- Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005 que altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental, passando por nova redação. O artigo 6º define: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica, a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental”.

- Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera o artigo 6º desta lei, em que, com a alteração, passa a vigorar: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade”, sendo, portanto, obrigatório o atendimento escolar, a partir da educação infantil (pré-escola).

- Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, deu nova redação ao Art. 32 da LDB, “O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade terá por objetivo a formação básica do cidadão”[...] Este artigo incluindo os incisos e parágrafos aponta no sentido de que sejam implementadas ações diferenciadas para o cumprimento da legislação, buscando alternativas capazes de atender as diferentes demandas e exigências, com respaldo nos dispositivos legais.

O artigo 32 da Carta Magna define também que o ensino fundamental tem como finalidade “a formação básica do cidadão, mediante:

- I.** o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II.** a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III.** o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV.** o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.” (BRASIL, LDB, ART. 32, 1996).

Os objetivos do ensino fundamental, definidos na LDB neste Artigo, devem ser trabalhados no contexto escolar, incorporados no Projeto Pedagógico da Escola, nos componentes curriculares, abarcando as práticas educativas, no sentido de favorecer a sua concretização, tendo em vista o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores.

Em conformidade com esses preceitos legais, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – DCNGEB, aprovadas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE Nº 7/2010, respaldam-se em princípios em que o Estado assume a responsabilidade “na garantia do direito a educação de qualidade, considerando que a educação, enquanto direito inalienável de todos os cidadãos, é condição primeira para o exercício pleno dos direitos: humanos, tanto dos direitos sociais e econômicos quanto dos direitos civis e políticos”. (BRASIL, 2010, p. 3)

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, coerente com a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, “devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade”. (BRASIL, 2010, p 63)

O Plano Nacional de Educação – PNE, após três anos de debates em nível nacional com o envolvimento de diferentes segmentos da sociedade civil, foi aprovado pela Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014 com vigência para 10 (dez) anos, coerente com o Art. 214 da Constituição Federal, define 10 (dez) princípios, dos quais destacam-se sete a seguir:

- I.** erradicação do analfabetismo;
- II.** universalização do atendimento escolar;

- III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV. melhoria da qualidade da educação;
- V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País. (BRASIL, 2014).

O Plano Nacional de Educação encontra-se sintonizado com os preceitos legais definidos na LDB e na Constituição Federal, que dedica 10 (dez) artigos à educação brasileira, evidenciando propósitos e compromissos, com a educação pública ao nível nacional.

Em relação ao ensino fundamental, o PNE define na Meta 2: “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”. (BRASIL, 2014, p. 8). O PNE, no período de 10 (dez) anos de sua vigência, 2014-2023 deve ser sistematicamente monitorado e avaliada sua execução, em sintonia com os Planos Estaduais e os Planos Municipais de Educação.

1.2.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação, é uma política pública criada a partir da Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que permitiu o enfrentamento de um dos maiores problemas da educação no País: o acesso ao ensino infantil e médio, haja vista que o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), abrangia somente as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, com esta nova implementação, houve a possibilidade de abranger a educação básica, isto é, desde a educação infantil ao ensino médio. (BRASIL, 2007)

Ademais, o FUNDEB ampliou o número de crianças, jovens e adultos nas salas de aula, deu possibilidade de melhoria na valorização dos profissionais do magistério e planejou melhorias na estrutura das escolas públicas, prevendo elevações na qualidade do ensino no Brasil. Assim sendo, pode-se dizer que sua implantação promoveu uma reforma estrutural no financiamento da educação básica.

É importante enfatizar que o foi um grande instrumento de inclusão social, pois contribuiu para a minimização de um dos maiores problemas educacional do país, o abandono escolar e o analfabetismo.

Assim, todo o recurso arrecadado pelo Fundo é distribuído de acordo com o número de alunos matriculados nas escolas públicas, baseado no Censo Escolar. Desta forma 60% destes recursos são para pagamento e valorização dos profissionais do magistério em efetivo exercício, isto é, salários, formação continuada, entre outros e os 40% são para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

É importante ressaltar que o fundo foi criado em 2007, com a duração máxima de 14 anos, sendo assim sua extinção será 2021, e antes da expiração do prazo o Governo apresentará um novo fundo que apresente melhorias para o desenvolvimento educacional, obedecendo as metas previstas no Plano nacional de Educação.

1.2.2. Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação como parte das políticas públicas educacionais, foi instituído pela Portaria Interministerial Nº 27/2007 e pelo Decreto Presidencial Nº 7083 de 27 de janeiro de 2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, enquanto estratégia do Governo Federal, visando promover a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação de tempo integral.

Essa medida demonstra o esforço por parte do governo federal para a execução de ações intersetoriais, que abrangem as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo assim, para a diminuição das desigualdades educacionais, bem como para a valorização da diversidade cultural brasileira. Para tanto fazem parte do Programa, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União.

Nessa perspectiva, a ampliação de tempos e espaços na escola articulado ao processo de escolarização, pressupõe aprendizagens conectadas à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens, que se traduzem na compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária.

Essa estratégia visa possibilitar oportunidades educativas, compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, o envolvimento das famílias e de diferentes atores sociais, sob a coordenação de gestores, professores e funcionários em geral.

Conforme Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade democrática.

O Programa respalda-se em três princípios:

Éticos – no sentido de combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceitos e discriminação;

Políticos – defende o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;

Estéticos – valoriza as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira e a construção de identidades plurais e solidárias.

Essa estratégia que promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, possibilita também o envolvimento das famílias e de diferentes atores sociais, sob a coordenação da gestão escolar e dos/as professores/as. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

Os Macrocâmpus abrangem as atividades educativas, socioculturais e esportivas, tendo em vista o atendimento às diversidades do ser humano e as peculiaridades do desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens, sendo implantadas nas escolas: Esporte, Lazer, Orientações de Estudos e Leitura, Arte, Educação Patrimonial, Uso de Mídias, Direitos Humanos e Ambiente Escolar, Jornal, Rádio, Horta Escolar e outras.

1.2.3. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC

Conforme O Decreto Nº 6.094, de 24/04/2007, Art. 2º Inciso II o PNAIC representa um compromisso formal assumido pelos governos Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de assegurar a plena alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ou seja, no final do 3º ano do ensino fundamental.

Para o alcance desse objetivo, as Ações do Pacto compreendem um conjunto integrado de ações, referenciais curriculares e pedagógicas e materiais didático pedagógicos, disponibilizados pelo Ministério da Educação - MEC que contribuem para a alfabetização e o

letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos alfabetizadores. Essas ações são complementadas por outros três eixos de atuação: materiais didáticos e pedagógicos, avaliação e controle social e mobilização.

Assim, ao encerrar o ciclo de alfabetização, a criança com 8 anos de idade, tem o direito de saber ler e escrever, com o domínio do sistema alfabético de escrita e produção de textos de circulação social que tratem de temáticas familiares para atender aos diferentes propósitos.

O PNAIC caracteriza-se, sobretudo:

- pela integração e estruturação, a partir da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, de diversas ações, materiais e referenciais curriculares e pedagógicos do MEC que contribuem para a alfabetização;
- pelo compartilhamento da gestão do Programa entre Governo Federal, Estados e Municípios;
- pela orientação de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem aferidos pelas avaliações anuais.

Educação é assunto sério, e quando tratada com seriedade flui bons resultados. Mesmo com toda crise e falhas do Governo Federal, leis, projetos, decretos e programas tem sido implementado, tudo isto na perspectiva de obter-se uma escola para todos, onde todos tenham vez e voz, aprendizagens significativas de igual modo.

1.2.4. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, é o programa que dá oportunidade aos alunos da escola pública receberem gratuitamente os livros de Língua portuguesa, Matemática, Ciências, Língua Estrangeira, Arte, Geografia e História, para que, tanto alunos e professores possam adquirir subsídio com mais precisão em seus trabalhos didáticos pedagógicos. Os livros são disponibilizados para os municípios e estados através das secretarias de educação, os professores fazem a escolha dos livros e a quantidade destes é baseada pelo Censo Escolar.

Assim, o livro didático é um instrumento de apoio ao professor e ao aluno, considerado por Gérard e Roegiers (1998, p. 19) como “instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de melhorar a eficácia” do processo ensino aprendizagem.

Pode-se dizer que para o professor, o livro didático auxilia no planejamento das aulas, nas escolhas dos temas curriculares, propostas de atividades, contribuindo para a formação dos

alunos. Considera-se um recurso facilitador da aprendizagem do aluno e um instrumento de apoio à prática pedagógica do professor.

Entretanto, é importante enfatizar que o livro didático é um instrumento pedagógico padrão curricular nacional, seu conteúdo não pode ser modificado, sua distribuição nas escolas tem por objetivo apresentar a proposta curricular nacional, cabendo ao professor trabalha-lo de forma precisa e contextualizada, pois, a aprendizagem do aluno é primordial, haja vista que, o programa foi criado para o processo de ensino e aprendizagem fosse qualificado.

Mas, ainda é preciso enfatizar que muitas vezes, o livro didático é o protagonista na sala de aula, único instrumento, assunto pronto, atividades prontas, e, não generalizando, após leitura realizada os alunos são convidados a responderem as atividades sem nenhuma explicação.

Nesta perspectiva, Romanatto (1987, apud FRISON et al, 2009, p. 7), corrobora dizendo que:

[...] o livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula, os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista na sala de aula. ... um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é a sua qualidade.

Sabe-se que mesmo com toda tecnologia existente atualmente, o livro didático ainda é uma ferramenta didático pedagógica. Sua boa utilização dependerá de unicamente do professor, como anteriormente abordado, o livro vem com os conteúdos prontos, com atividades prontas e sugestões riquíssimas para a pesquisa, dando oportunidade ao aluno compreender com profundidade do assunto. Mas como tem se enfatizado, tudo dependerá do professor.

Outro fator interessante a se apontar é, como o livro didático é um componente curricular nacional, os temas abordados, atividades, sugestões de pesquisa é único para todos. Vislumbrando a realidade cultural brasileira, compreende-se que existe uma grande diferença cultural, isto é, o que pode ser compreensível para um aluno da escola pública do Estado de São Paulo, não será entendido por um aluno do Estado do Maranhão, isto é, às vezes os conteúdos estão aquém da realidade dos alunos.

Desta forma, o professor buscará na realidade do aluno subsídios para contextualizar os conteúdos, facilitando assim, a compreensão do assunto que favorecerá sua aprendizagem. Por tanto, o livro didático tem como função guiar o aluno para que este possa compreender o mundo que o rodeia, permitindo que ele interaja, experiencie, questione, para que seu aprendizado seja consolidado. (SANTOS E CARNEIRO, 2006 apud FRISON et all, 2009)

1.2.5. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

De modo geral o PNAE é conhecido como Merenda Escolar, este programa foi criado em 1954, sendo considerado no mundo, como a melhor política pública nutricional na área de alimentação escolar, assim como, um dos maiores projetos da educação brasileira. É gerenciado pelo FNDE, criado dentro da política nacional de educação, bem elaborado e estruturado. Sua distribuição é feita através de transferências de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados às escolas públicas de educação básica. (BRASIL, 2014)

O PNAE está ligado à nutrição e saúde da criança e adolescente, pois a alimentação escolar reforça o valor do espaço escolar, como o lugar propício para intervir na formação integral dos alunos, consolidando também os hábitos alimentares saudáveis, na tentativa de remediar a desnutrição e prevenir a obesidade e doenças crônicas, que são entraves na formação das crianças e adolescentes. O programa é responsável pela alimentação dos alunos durante os 200 dias letivos. (BRASIL, 2014)

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, (BRASIL, 2014), institui como diretrizes da alimentação escolar:

Quadro 1. (QUADRO 1 – Diretrizes do PNAE FONTE: BRASIL, 2009. (BRASIL, 2014))

Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito à alimentação escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Para que o programa obtivesse o resultado esperado, o profissional nutricionista foi considerado o técnico responsável para retorquir de forma ética, civil, administrativa e judicial pelas atribuições apontadas pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), baseado na resolução Nº 358/2005, em conformidade com o PNAE. O trabalho desenvolvido pelo nutricionista é: elaborar o cardápio baseado na faixa etária dos alunos; observar o perfil e o hábito alimentar da população em que a escola está inserida; planejar e orientar as atividades de seleção dos alimentos; comprar, armazenar, dentre outras atribuições.

É válido ressaltar que em 1994 o programa foi descentralizado, isto é, cada ente federado tornou-se responsável pela sua aquisição da merenda escolar. A partir daí, tornou-se necessário a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nos Estados, Distrito Federal e Municípios, com as seguintes atribuições, segundo Brasil (2014):

- ✓ Atribuição normativa – se dá por meio da elaboração de resoluções e pareceres;
- ✓ Atribuição deliberativa – conselho com competência específica para decidir, em instância final, sobre determinadas questões;
- ✓ Atribuição consultiva – tem o caráter de assessoramento e aconselhamento;

- ✓ Atribuição fiscalizadora – conselho com competência legal para fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprová-las ou reprová-las e determinar providências para sua alteração.

O CAE, acompanha, monitora a utilização dos repasses, compra e armazenamento dos alimentos, e zela pela qualidade da alimentação escolar, primando o pleno bem-estar da saúde dos alunos, assim como também o pleno desenvolvimento dos mesmos no que tange à aquisição da aprendizagem.

1.3. O Programa Bolsa Família e sua contribuição para os beneficiários

Segundo o Ministério do desenvolvimento Social (MDS, 2006), entende-se por pobreza a união de vários fatores socioeconômicos de cada indivíduo, bem como o estudo de fatores externos que os cercam. Esse estudo se torna fundamental para analisar e identificar as causas da pobreza, e buscar as possíveis alternativas de soluções plausíveis, com objetivos fáceis de serem alcançados, viabilizando o incentivo para a superação.

Ainda sobre o entendimento de pobreza, Sen (1999) diz que, esta pode ser elucidada como um desapoderamento das capacidades básicas de um indivíduo e não somente como sinônimo de uma renda inferior conotada para um patamar pré-estabelecido.

De acordo com Dedecca e Barbieri (2005), pobreza também existe quando não há satisfação das necessidades básicas, individuais ou coletivas, a título de exemplo: alimentação, saúde, segurança, educação, moradia, dentre outras. Partindo dessas necessidades, delimita-se a linha de pobreza para que se possa a considerar como situação de extrema necessidade, penúria.

Sabe-se que a má distribuição das classes sociais acaba por alcançar a baixa renda, a privação ao acesso dos bens e aos benefícios públicos que são importantes para a vivência, garantidos por lei segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1995, art.25): “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, educação, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais indispensáveis”.

Com o intuito de superar o estado de pobreza, objetivando um desenvolvimento social e humano, tornou-se necessário o desenvolvimento de ações de combate à pobreza onde o objetivo principal não estivesse centrado apenas em aspectos econômicos, mas que alcançasse os aspectos sociais, com estratégias voltadas para o esforço de todos envolvidos: sociedade e governo. Assim, a partir de políticas de assistência social, o Governo Federal desenvolveu

diversos programas de proteção aos indivíduos que estavam vivendo abaixo da linha da pobreza, que tivesse como alvo erradicar a miséria, bem como diminuir os índices de pobreza e melhorar a distribuição de renda.

Essas políticas estão voltadas para o desenvolvimento econômico, especialmente por meio de políticas públicas de transferência de renda de grande alcance como o Programa Bolsa Família (PBF), que foi direcionada para a ética humanitária, e assegurar direitos e integração de pessoas, famílias mais pobres no projeto nacional.

1.3.1. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda que tem como principal objetivo promover a inclusão social, e contribuir para trazer a independência financeira das famílias beneficiárias, ofertando meios e condições para que estas saiam da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

O Programa Bolsa Família foi criado pela medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em Lei em 09 de janeiro de 2004 – Lei nº 10.836. O PBF é um dos programas que compõem o Fome Zero, estratégia implementada pelo Governo Federal com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável (MDSCF, 2010).

O sucesso do programa foi respaldado a partir das experiências de outros programas condicionados de renda, criados em escala municipal e também de outros programas desenvolvidos por quatro ministérios distintos (MDSCF 2010), a saber:

1 – Programa Bolsa Escola, destinado a crianças em idade escolar (6 a 15 anos), e operacionalizado pelo Ministério da Educação.

2 – O Bolsa Alimentação, administrado pelo Ministério da Saúde que atendiam famílias que tinham em sua composição crianças com até 06 anos de idade no limite de três por família;

3 – O Auxílio Gás, sob o comando do Ministério de Minas e Energia; e 4 – o Cartão Alimentação, administrado pelo extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, que pagava um valor mensal as famílias em extrema pobreza. (BRASIL, 2004)

A origem do Programa Bolsa Família, não se deu apenas para unificar os demais programas que já existiram, ou então a busca de um maior grau de racionalidade

administrativa do governo. O programa foi criado e avançou para que sua implantação contribuísse para o bem-estar social a curto e longo prazo. A curto prazo para que a distribuição de renda melhorasse o financeiro dos bolsistas; a longo prazo as condicionalidades previstas no que tange à educação.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento social, (2010), o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo o estado brasileiro. O benefício é dividido em básico e variável, onde são concedidos mediante a renda per capita mensal, conforme explica o quadro abaixo.

Quadro 2 - Quadro 1 – Valor do Benefício repassado pelo PBF às Famílias com renda per capita de até R\$ 70,00
(MDSCF, 2010)

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)
Básico	70,00
Variável	32,00
Variável Jovem	38,00
Básico + 05 Variáveis	230,00
Básico + 05 Variáveis + 02 Variável Jovem	306,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2010

Refletindo sobre o quadro acima, observa-se que as famílias que possui renda per capita acima de R\$ 70,00 (setenta reais) ficam sem o direito de receber o benefício básico, porém, se na sua composição familiar tiverem crianças menores de 16 anos, e a renda ficar compreendida em até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) a família ficará recebendo apenas o benefício variável enquanto os beneficiários (crianças/adolescentes menores de 16 anos) estiverem na faixa etária.

Quadro 3 - Quadro 2 – Valor do Benefício repassado pelo PBF às Famílias com renda percapita compreendida entre até R\$ 70,01 e R\$ 140,00

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)
Básico	Não tem direito
Variável	32,00 – podendo receber de até 5 filhos;
Variável Jovem	38,00 – podendo receber até 2 filhos;
05 Variáveis + 02 Variável Jovem	236,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2010

Observando a demonstração do quadro acima, entende-se que mesmo sendo um só programa, o Programa Bolsa Família concede três benefícios que estão divididos em: o Básico que é liberado as famílias de extrema pobreza, seu valor é de R\$ 70,00 mensais e independe da composição familiar; o segundo, são os variáveis destinados as famílias também que se encontram na linha da pobreza ou extrema pobreza e que possuam na composição gestantes ou crianças e adolescentes até 15 anos tendo em vista que os mesmos estão em idade escolar e com um calendário de vacinas a cumprir, ressalta-se ainda que em cada famílias esse benefício pode ser acumulado por 05 pessoas e o valor de cada uma é R\$ 32,00 mensais, sendo em sua totalidade R\$ 160,00, o terceiro, é oferecido como variável jovem, ou seja, as famílias que possuem jovens com idade de 16 a 18 anos, e que também estejam devidamente matriculados, o valor do benefício é de R\$ 38,00 e cada família poderá receber até dois totalizando R\$ 76,00. (MDSCF, 2010)

O perfil da família a ser beneficiada se dá diante cadastro realizado pela prefeitura e informado ao Cadastro Único, que entrevista e seleciona as pessoas que tem direito ao Bolsa Família e principalmente o valor a ser pago diante da avaliação da constituição familiar e da renda per capita.

O Programa se estrutura em três eixos: transferência de renda, condicionalidade e programas complementares e apoio ao combate à fome. Sua gestão é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham com conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa.

O PBF procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos. No curto prazo, o programa visa medidas de combate a pobreza como a fome e a desintegração familiar. Em

longo prazo, o programa pretende combater a pobreza, induzindo a melhoria da educação e saúde, através das condicionalidades, garantindo melhores oportunidades no mercado de trabalho.

1.3.2 Condicionalidades

Para o bom funcionamento do PBF torna-se necessário explicitar uma constante troca entre governo e beneficiários, formando um elo de responsabilidade para ambos, isto é, o governo oportuniza autonomia financeira, em contrapartida as famílias aceitam as condicionalidades que asseguram os objetivos do Programa.

Estas condicionalidades são os compromissos assumidos pelas famílias nas áreas de saúde e Educação, para poder continuar a receber o benefício do programa Bolsa Família. Estas corresponsabilidades das famílias, permite o desenvolvimento educacional e o acesso a atendimentos básico de saúde, que além de combater, previne altos índices de mortalidade. (BRASIL, 2007)

Desta forma, caberá aos órgãos competentes o acompanhamento e controle dos dados sobre a frequência escolar e calendário de vacina para crianças menores de 07 anos, além das gestantes.

Ressalta-se ainda que estas famílias que não atenderem as condicionalidades poderá ter os benefícios bloqueados ou suspensos. Esta punição está relacionada com o monitoramento do acesso das famílias aos direitos sociais básicos de educação e saúde, bem como com a identificação das causas familiares e sociais do seu eventual não cumprimento.

1.3.3 – Cadastro Único

O Cadastro Único (CadÚnico) foi criado em 2001, gerenciado pelo Decreto Nº 6.135, de 26 de janeiro de 2007, tem como finalidade de suprir as necessidades dos diferentes ministérios, com o sentido de identificar a população em condições de vulnerabilidade social, através de uma ação única e integrada para evitar multiplicidades de cadastros, para gerir melhor os benefícios concedidos, obtendo assim, melhor eficácia dos programas. (ASSISTÊNCIA, 2009).

A base do cadastro é toda informatizada, possui os instrumentos e procedimentos necessários para manutenção de sua base de dados, podendo ser usadas pelos governos municipais, estaduais e federais, para que estes possam ter um diagnóstico socioeconômico

das famílias cadastradas, de acordo com essas informações possam desenvolver políticas públicas voltadas para determinando grupo ou comunidade.

As informações contidas base de dados do CadÚnico são:

- a) identificação da família e de cada pessoa que faz parte da família;
- b) características da família;
- c) identificação da casa e suas características;
- d) renda;
- e) gastos;
- f) bens da família;
- g) participação em programas sociais, entre outras.

Para que o funcionamento do Cadastro Único seja positivo, os municípios tiveram que se incorporar neste processo, assumindo o papel de agente central, no que diz respeito a identificação e cadastramento das famílias, pois o contato com as famílias em situação de pobreza é diretamente realizado pelo município, o que o torna a peça fundamental para garantir que o cadastro seja alimentado com informações qualificadas. Portanto, é dever dos municípios identificar e cadastrar as famílias atentando para a importância da inclusão da população socialmente mais vulnerável.

1.3.4 Plano Brasil sem Miséria

A fim de ampliar e melhorar as estratégias do Programa Bolsa Família, em 2011, o Governo Federal representado implementou um conjunto de políticas públicas sociais que tinha como objetivo expandir os benefícios resultantes da transferência de renda, com a finalidade de promover novas medidas produtivas e inclusivas, este conjunto de políticas é o Plano Brasil sem Miséria. Este plano pretende aumentar a renda e as condições de bem-estar da população emergente, famílias extremamente pobres, as que ainda não são atendidas, serão localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades (MDS, 2010).

O Plano Brasil sem Miséria é uma estratégia de agregar aumento na transferência de renda e inclusão produtiva como principais complementações ao Programa Bolsa Família, abrangendo um conjunto de ações que promovem junto a outros responsáveis, como Governo estadual, municipal ou empresas públicas e privadas criação de programas que objetivam a ampliação de iniciativas já existentes, como medidas de incentivo e parceria para

desenvolvimento de oportunidades ofertando um possível desenvolvimento econômico local e podendo se expandir diante dos resultados de mais parcerias.

A ampliação e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza é o alvo do Plano Brasil Sem Miséria. Prevendo o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização, mobilização, para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida (MDS,2010).

Para uma efetiva contribuição dos responsáveis pelo bom desempenho do Plano Brasil sem Miséria se faz necessárias estratégias por uma busca ativa, ou seja, os profissionais de cada área traçam planos para localizar e incluir nos programas as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e criam novas esperanças para esse público alvo com a intenção de que os mesmos possam ter acesso a seus direitos.

O plano possui três eixos de atuação como forma de seguridade social para as famílias beneficiadas: primeiro - o acesso a serviços educacionais, saúde, assistências e de segurança alimentar; segundo - garantia a renda através dos programas de transferência de renda; e o terceiro - inclusão produtiva seja na área urbana ou no cenário rural. (MDS, 2010)

É importante explicitar que em cada eixo de atuação foram incluídos programas para acesso e inclusão:

a) na área de educação destaca-se o Brasil alfabetizado que tem como objetivo a efetiva alfabetização de jovens, adultos e idosos onde a esfera do Governo Federal oferece o apoio técnico e garante assim à continuidade dos estudos; o Programa Mais educação é outra estratégia e incentivo a educação, ofertando escola em tempo integral trabalhando com acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica.

b) na saúde oferta a construção e manutenção de unidades básicas de saúde, Brasil sorridente, Saúde da Família, Olhar Brasil, Distribuição de medicamentos, Rede cegonha e saúde na escola, todas ações preventivas e de acompanhamento a saúde das famílias carentes.

O Brasil tem vivido momentos marcantes em sua trajetória histórica em relação as políticas públicas, pois a garantia futura da população está cada vez maior, e isso graças às políticas sociais, principalmente o Bolsa Família. Pois os Programas, quando bem implementados, contribuem para o fortalecimento da rede de serviços sociais capaz de atender as demandas dos usuários, principalmente no que se refere às condicionalidades impostas às famílias beneficiárias.

1.4. Expectativas sobre a educação dos filhos oriundos das famílias de baixa renda

Como já abordado no subcapítulo anterior, a permanência das crianças das famílias bolsistas do Programa Bolsa Família na escola, é uma das condicionalidades à longo prazo para o desenvolvimento das famílias de baixa renda tendo como premissa o enfrentamento à pobreza.

Isto ocorre, sob a visão que o Programa Bolsa Família dará retorno econômico às crianças bolsistas que frequentam à escola, sendo este o contributo que erradicará o ciclo vicioso da pobreza no meio social em que vivem. Tornando assim, a educação, um dos pilares centrais do programa para obtenção de qualidade de vida dos bolsistas. (ABREU, 2011)

Segundo Soares, Ribas e Osório (2007 apud ABREU, 2011), o Programa Bolsa Família obteve resultado positivo através da frequência escolar. A frequência escolar é realizada a cada dois meses pelas escolas com o intuito de observar a ausência ou a baixa frequência dos alunos bolsistas no mês anterior. Valendo ressaltar que esta frequência é um instrumento interministerial que envolve os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social.

Tendo como ações, monitorar a frequência escolar de estudantes incluídos no Programa Bolsa Família, que deve ser de 85%, no mínimo, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ); realizar a gestão do Sistema Presença, que recebe os registros da frequência escolar e dos motivos de baixa frequência, realizados pelas secretarias estaduais e municipais de educação; e consolidar dados e disponibilizá-los ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) a fim de subsidiar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF). (MEC, 2004)

De acordo com a pesquisa dos autores supracitados, com a frequência escolar o abandono e a ausência nas escolas minimizaram, porém, outro entrave educacional acontece com a maioria dos alunos bolsistas, a repetência de ano.

A superação da exclusão por falta de escolas e pelas múltiplas reprovações tende a visibilizar a exclusão gerada pelo não aprendizado ou pelo aprendizado insuficiente, remetendo ao debate acerca da qualidade do ensino. É a qualidade “que oprime o cérebro dos vivos” e ocupa o centro da crítica ao processo presente de expansão, tornando-se a questão central da política educacional referente à educação básica nos próximos anos (OLIVEIRA, 2007, p. 686-687)

Observa-se que, com a expansão da frequência escolar, mais alunos estão permanecendo na escola, porém, ainda precisa ser trabalhado, melhorado a questão da “aprendizagem” destes alunos, pois não adianta somente a inclusão no espaço escolar, necessita a inclusão no universo do conhecimento.

Por outro lado, observa-se que mesmo com alguns entraves, a educação brasileira avançou, vê-se muitos filhos destas famílias que prosseguiram seus estudos até à sua formação à nível superior, através de outros programas e financiamentos ofertados pelo Governo Federal, a saber;

- PROUNI – Programa Universidade para Todos, promovendo acessibilidade à educação superior para aqueles que tem renda baixa. Através deste, é possível obter bolsas parciais ou integrais em quaisquer universidades ou faculdades privadas, desde que, estas estejam cadastradas no programa, em todo país.
- SISU – Sistema de Seleção unificada, este programa tem por objetivo principal, facilitar o ingresso das pessoas à educação superior em universidades públicas, sendo que o acesso a essa educação é realizado através do resultado do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, é voltado para financiamento dos estudos para os alunos que optaram por instituições superiores privadas.
- Educa mais Brasil – é uma parceria do Ministério da Educação com o Instituto Educar, que oportuniza aos estudantes desde a educação básica ao ensino superior, com bolsas parciais de estudos de até 70%, em instituições privadas.

Refletindo sobre os programas supracitados, os filhos das famílias de baixa renda estão tendo oportunidade de ascender em educação e profissão, tornando possível a quebra do ciclo vicioso da pobreza, tendo oportunidade de ascensão social. Porém, ainda é permitido ressaltar sobre a qualidade do ensino público, permanência do aluno na escola é importante, porém mais que a presença, a sua inclusão no universo da aprendizagem, sua imersão ao mundo do conhecimento. Mesmo com todo esse avanço no tocante a ascensão educacional e social, precisa-se encontrar caminhos para a qualidade da educação.

CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo será apresentado um município do Estado do Maranhão, Brasil, suas riquezas, sua história, seus problemas educacionais, suas necessidades. Será apresentado o fenômeno da emigração dos alunos da escola pública para a escola privada, onde as famílias destes alunos são de baixa renda, partícipes do Programa Bolsa Família.

2.1. Tipificação da cidade pesquisada

O município campo desta pesquisa, é uma cidade que possui tradição de cuidar muito bem de seus valores culturais, apesar de ser um município emergente, considerado abaixo da linha de pobreza pelo IDH, mesmo assim, possui ao longo de sua história, filhos que se destacaram no cenário nacional em diversos setores: medicina, jurisprudência, magistério, dentre outros.

2.1.1. Dados Históricos

A história do município de Brejo-MA iniciou em 1684, onde pela primeira vez se ouviu falar sobre os índios *anapurus*, estes se dividiam em *meri* e *assu*, e viviam no território do atual Município. A palavra *anapurus* é uma deformação de vocábulo do termo *muypurás* - índios que viviam às margens do rio Parnaíba - e significa fruta do rio.

Segundo dados históricos, o português Manuel da Silva foi a primeira pessoa a tentar contato com os índios, porém, em 1709 o mataram. A partir de então, expediram-se várias ordens oficiais para que se fizesse guerra aos índios, considerados bárbaros pelas autoridades, até que, em 1770, lhes foram cedidas três léguas de terras pelo Governador da Província. (MACATRÃO, 2009)

No ano de 1729, o município era ainda um sítio que, a 11 de julho do mesmo ano, foi doado ao bandeirante Francisco Vasconcelos seu primeiro povoador efetivo. Porém, a principal povoadora foi a portuguesa Euzébia Maria da Conceição, esta possuía uma grande fortuna e muitos escravos que, acompanhada de seus colonos, chegou à localidade, em data desconhecida. Anos mais tarde, foi morta por ocasião da guerra da Balaiada, causando graves prejuízos econômicos e sociais ao município. Segundo o historiador Astolfo Serra, este foi o último reduto dos balaies, finalmente vencido em dezembro de 1840. (MACATRÃO, 2009)

Em 1820, Brejo foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de São Bernardo do Brejo, desmembrado de Caxias. Passou a cidade, em 1870. O distrito criado com a

denominação de Brejo, pelo decreto de 18-04-1820, subordinado ao município de Caxias. Elevado à categoria de vila com a denominação de Brejo, pelo alvará de 29-01-1820, desmembrado de Caxias. Sede na vila de Brejo. Elevado à condição de cidade com a denominação de Brejo, pela lei provincial nº 899, de 11-07-1870(MACATRÃO, 2009)

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 8 distritos: Brejo, Porto da Repartição, Milagres Santa Quitéria, Angical, Ponte Nova, São Francisco e Lagoa.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 4 distritos: Brejo, São Bernardo, Santa Quitéria e Curador. Não figurando os distritos de Porto da Repartição, Milagres, Angical, Ponte Nova, São Francisco e Lagoa.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 2 distritos: Brejo e Magalhães de Almeida. Não figurando os distritos da divisão de 1933. No quadro fixado, para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído do distrito sede. Não figurando o distrito de Magalhães de Almeida. Pela lei estadual nº 269, de 31-12-1948, é criado o distrito de Estrela dos Anapurus e anexado ao município de Brejo. (MARANHÃO, 2015)

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Brejo e Estrela dos Anapurus. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VI-1960. Pela lei estadual nº 2378, de 09-06-1964, desmembrado município de Brejo o distrito de Estrela Anapurus. Elevado à categoria de município com a denominação de Anapurus. (MARANHÃO, 2015)

Em divisão territorial datada de I-I-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. (MARANHÃO, 2015)

2.1.2. Dados Geográficos

O Município em questão encontra-se localizado na Mesorregião Leste Maranhense e na Microrregião de Chapadinha Maranhão, o município possui uma área territorial de 1.074,500 km², sua densidade é de 31 hab/km. Possui como limites, as cidades de Santa Quitéria (Norte), Buriti (Sul), Anapurus (Oeste) e o Rio Parnaíba (Leste). (IBGE, 2010)

Sua população é aproximadamente de 33.314, de acordo com os dados do IBGE, 2010. A distância do município até a capital São Luís Maranhão é de 313 km. A cidade possui clima tropical úmido (AW), com temperaturas que variam de 21° C a 40°C o ano todo. (IBGE, 2010)

A vegetação do município, predomina na cobertura vegetal, abundantes em serrados, cocais e várzeas. Entretanto esta vegetação vem sendo modificada no decorrer dos anos pela intervenção das ações humanas. Em relação ao relevo, apresenta-se com muitas elevações acidentadas, ficando a cidade localizada entre morros. (IBGE, 2010)

No que se refere a hidrografia é formada por rios, dentre alguns destaca-se o rio Parnaíba que divide o Estado do Maranhão com o Estado Piauí, que banha grande parte da cidade, como também, riachos, cita-se Igarana e Santana que atravessa a sede do município e lagoas, cita-se as do Escalvado, Pouca vergonha e outras. (IBGE, 2010)

2.1.3. Características do Município

É um município de médio porte, possui centro comercial e oferece empregos que possam gerar rendas para a população, cabendo à Prefeitura a maior rede empregatícia. A maior parte da população é jovem e como há limites de contrações nos comércios e prefeitura é pouca, causando assim, muitos desempregados, o que gera, a cada ano, o êxodo de muitos jovens para os grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, e Guiana Francesa. (IBGE, 2010)

A base da economia do município está na agricultura, piscicultura, avicultura, artesanato, sendo na sua maioria, para próprio sustento. A única fonte de renda da população vem do serviço público municipal e estadual, aposentadoria e bolsa família.

2.2. Contexto sócio econômico

No município, uma boa parte da população sobrevive do Programa Bolsa Família, o Programa vem sendo executado desde sua criação que se deu no ano de 2003, onde ainda era dividido em programas distintos (bolsa escola, gás, etc), sendo executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social que trabalha em parceria com as secretarias de Educação e de Saúde desde 2005.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população de habitantes do município é de 33.614 habitantes, das quais 4.452 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois) são beneficiários do Programa. Para o município a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio– PNAD estima, segundo dados de 2015, a quantidade de famílias consideradas pobres, com perfil para o Bolsa Família sendo de 2.671 (duas mil seiscentos e setenta e uma), levando em consideração a renda familiar per capita de R\$ 150,00 (cento e

quarenta reais). Desta forma o município vem atingindo sua meta de inserção dessas famílias dentro do Programa.

Com a unificação dos programas de transferência de renda com base nos dados do Cadastro Único, podemos ver que o município teve um avanço na eficácia dos cadastros, uma vez que passou a ser mais detalhado, principalmente o perfil do beneficiário, hoje possui 15.134 famílias cadastradas e 7.172 famílias recebendo o benefício.

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social do município, no início do Programa, os cadastros deixavam a desejar no quesito informações, principalmente as consideradas de extrema importância, tais como trabalho e renda, o que fazia com que muitos recebessem o dinheiro de forma indevida. Após a junção dos Programas, passou-se a se monitorar mais, sendo exigido um recadastramento a cada dois anos, o que gerou uma maior transparência da realidade de cada família inserida no Cadastro Único.

O município possui uma vasta zona rural onde se encontra 80% dos beneficiários. Por se tratar de famílias com um histórico de desigualdade social e econômica em suas formações, marcadas pela fome de alimentação e de oportunidades, elas em sua maioria possuem apenas o ensino fundamental representando 40%, seguidas de um número significativo de não alfabetizados, ficando em torno de 7% os que nunca frequentaram uma escola.

Essa situação, de falta de escolaridade, é um dos objetivos do Programa, por isso é condicionante, fazendo com que as famílias garantam a permanência de seus filhos nas escolas, com a finalidade de que a longo prazo, suas vidas não sejam iguais às de seus antecedentes, ou seja, não herdem a má formação escolar.

A renda mensal das famílias gira em torno de um salário mínimo, para aqueles que exercem atividades como servidores públicos ou menos de um salário mínimo, para os empregados nas pequenas e médias empresas da cidade, onde 20% dos beneficiários afirmam que mensalmente recebem em média um salário para a manutenção da família.

Porém, um fator preocupante é outra parte dos munícipes, pois 47% das famílias não possuem nenhuma renda, e vivem apenas da agricultura familiar de subsistência, onde o que comem é o que plantam, além da criação de ave e suínos, que servem para engorda, onde são vendidos com a finalidade de adquirir o dinheiro para a compra de outros suprimentos como vestes, calçados, alguns móveis para utilidades domésticas, ou para o próprio alimento.

Dos 33% que tem renda superior a 3 salários mínimos, 8% são os empresários. Quanto aos professores é considerado os profissionais mais bem pagos do município, recebem a base salarial com somatória de 50% da base de incentivo em sala de aula, mais 30% de vantagens

pela graduação, 25% pela pós-graduação, mais 10% de incentivo pela anuidade, mais 10% de titulações e de 5% a 25% por tempo de serviço, estes representam 15% da população brejense, os professores da rede pública municipal e estadual e privada de ensino.

2.3. Contexto Educacional

No ano de 2015, o município possuía 65 escolas da rede municipal de ensino, 03 escolas da rede estadual e 04 escolas da rede particular, possui 01 Polo da UEMA através do Projeto Darcy Ribeiro, e alguns polos do sistema de ensino superior privado, dentre estes pode-se citar Universidade Vale do Acaraú - UVA, Faculdade do Maranhão - FACAM, Faculdade Integrada do Brasil - FAIBRA, Instituto de Ensino Superior Múltiplo - IESM, Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF, entre outras instituições.

Porém, a maioria das escolas da rede municipal de ensino, foram criadas e regimentadas pela Lei Municipal Nº 443/98, pelo prefeito da época Sr Antonio Nunes de Almeida. No decorrer dos anos outras escolas foram construídas através de projetos via FNDE.

A sede do município possui 14 escolas da rede municipal nas modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Já a zona rural possui 51 escolas com as mesmas modalidades de ensino, acrescidas apenas por salas multisseriadas, por falta de alunos suficientes por ano de ensino.

Na perspectiva de obter a democratização da educação, com base no PNE e PEE, o município de Brejo (MA) aderiu ao Plano Municipal de Educação sob a Lei Municipal Nº 697/2015 de 17 de Junho de 2015, com méritos aos seguintes temas:

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- EJA
- Ensino Médio
- Educação Especial
- Ensino Superior
- Educação Profissional
- Formação e valorização dos Profissionais do Magistério
- Financiamento e Gestão Democrática nas Escolas
- Integração das Tecnologias Educacionais

Com o intuito de qualificar o ensino público e aumentar a demanda dos alunos. Haja vista que, o dinheiro do FUNDEB é baseado no quantitativo de alunos, quanto mais alunos, mais recursos.

Quanto aos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, Plano de Desenvolvimento na Escola - PDE, Mais Educação, Mais Cultura, Atleta na Escola, Água na Escola, dentre outros, facilitou e qualificou o processo de desenvolvimento tanto da escola quanto do município.

O quadro de profissionais da educação do município é composto por 527 professores concursados e 134 contratados, destes profissionais tem-se 72 gestores. Conta-se ainda com 53 Auxiliares Administrativos, 51 vigias e 224 AOSG (Auxiliares Operacionais do Serviço Geral).

Quadro 4 - Dados por nível e escolaridade dos Professores concursados - 2015

NÍVEL	QTD	%
ESPECIAL (Magistério)	29	5
NÍVEL II (Graduação)	119	23
NÍVEL III (Pós-Graduação)	379	72

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Quanto aos contratados 70% são graduandos em Pedagogia, letras, História e Geografia, e 30% são formados em Pedagogia ou Magistério.

O município tem aderido aos programas do governo federal como: Brasil Alfabetizado, Trilhas, PNAIC, Escola da Terra, PROJOVEM CAMPO - saberes da Terra, PRONATEC, EJA novas turmas, com o intuito de aperfeiçoar a qualidade da educação. Com o incentivo dos Programas Federais como Bolsa Família, PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Saúde na Escola e o apoio da Prefeitura no tocante às necessidades educacionais.

A matrícula do município, no ano de 2015, é de aproximadamente 8.742 alunos distribuídos em 65 escolas. No quadro a seguir, observa-se os dados de matrículas desde 2010 a 2015 houve um decréscimo, haja vista que muitos alunos evadiram das escolas públicas e foram matriculados na rede privada de ensino.

Quadro 5 - Demonstrativo Geral de Matrículas – Ano 2010 - 2015

Nível de Ensino	Rede	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Infantil	Municipal				2.233	1.968	1.855
Fundamental I	Municipal				3.935	3.894	3.960
Fundamental II	Municipal				2.416	2.766	2.397
Total Geral		9.177	8.844	10.265	8.584	8.628	8.742

Dados da Secretaria Municipal de Educação

Analisando o quadro, percebe-se que houve um declínio no quantitativo de alunos matriculados na rede pública municipal nos anos de 2011 e 2013, sendo que nos anos posteriores o aumento de matrículas nunca superou as matrículas nos anos de 2010 e 2012. E este aumento na matrícula ocorreu por conta da adesão ao Programa mais educação, onde os alunos, no contraturno, permanecem na escola ou em locais locados pela Secretaria Municipal de educação. Uma das queixas dos pais é a falta de leitura, pois a maioria dos alunos tem chegado ao 6º ano dos Anos finais do Ensino Fundamental, sem pertença à leitura, isto é, não sabem ler e escrever, ou leem e escrevem muito mal.

Assim sendo, muitos pais matriculam seus filhos nas escolas da rede privada de ensino local e no contraturno, contratam uma professora particular para ter a oportunidade de ver seus filhos lendo e escrevendo.

Entretanto, no município existe somente quatro escolas da rede privada, e não há vagas suficiente para atender a procura, por isso, as famílias que tem maiores recursos financeiros matriculam seus filhos na rede privada nas escolas do Município de Chapadinha - MA, Parnaíba - PI e nas capitais do Estado do Maranhão e Piauí: São Luís e Teresina. Possibilitando às famílias de baixa renda, matricularem seus filhos nas escolas privadas local.

2.4. Indicadores da Educação Básica

Sabe-se que no Brasil a educação passa por avaliações externas para obtenção de informações para implementações de políticas públicas. E para medir e informar o resultado destas avaliações o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, com o objetivo de incentivar as escolas a buscar um bom resultado.

O município de Brejo vem trabalhando, para obtenção da melhoria da educação frente aos desafios apontados pelo MEC, e tem como um grande desafio educacional, a melhoria da qualidade do ensino, tanto para os anos iniciais, que em 2013 atingiu o IDEB de 3.1 (a meta era de 3.4); quanto para os anos finais, que em 2013 apresentava o IDEB de 3.0 (a meta era de 3.4).

Quadro 6 - Ideb do Ensino Fundamental do Município de Brejo - Anos Iniciais

Ideb Total	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Maranhão	2.9	3.7	3.9	4.1	4.1	2.9	3.3	3.7	4.0	5.2
Brejo	2.4	2.8	3.3	3.7	3.1	2.4	2.7	3.1	3.4	4.6

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

Analisando o quadro acima, ao comparar os resultados alcançados observa-se que a educação do município, precisa traçar metas, rever planos e projetos, juntamente com professores, gestores e demais que trabalham no setor da secretaria de educação, para que se possa desenvolver a qualidade da educação no que tange o conhecimento.

Diante do sistema de avaliação nacional, em comparação ao Ideb observado e as Metas projetadas, percebe - se a urgência no fortalecimento do processo de educação do ensino fundamental inicial.

Quadro 7 - Ideb do Ensino Fundamental do Município de Brejo – MA Anos Finais

Ideb Total	Ideb observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	2.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Maranhão	3.0	3.3	3.6	3.6	3.6	3.0	3.2	3.5	3.9	5.0
Brejo	2.5	2.4	3.0	3.1	3.0	2.5	2.6	2.9	3.3	4.5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

Diante dos dados acima, observa-se a necessidade de melhorias no processo de educação, valendo ressaltar que esta melhoria é cabível nos anos iniciais desde a Educação Infantil aos

Anos iniciais do Ensino Fundamental, para que nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o aluno possa estar devidamente preparado para trilhar o caminho do saber de acordo com o nível de ensino.

2.4.1. Ensino Fundamental

As diretrizes norteadoras da educação fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para Ensino Fundamental, no Plano Nacional, Estadual e Municipal de educação.

Nos cinco primeiros anos de vigência do Plano Municipal de Educação (PME 2015), o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. (MARANHÃO, 2015)

O atraso no percurso escolar resultante da aprovação indevida, isto é, passar o aluno para outro ano sem que este tenha pertença à leitura, como também, repetência e evasão sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade-série. A expressiva presença de jovens com mais de 14 anos no ensino fundamental demanda a criação de condições próprias para a aprendizagem dessa faixa etária, adequadas à sua maneira de usar o espaço, tempo, os recursos didáticos e às formas peculiares com que a juventude tem de conviver. (MARANHÃO, 2015)

A oferta qualitativa deverá, em decorrência, regularizar os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brejense. A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, práticas de desportos, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.

Além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo nos

Municípios de menor renda, com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar.

De acordo com a Meta 7 da Lei 697/2015 do PME (MARANHÃO, 2015, p. 26/27), diz que a educação municipal deve:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, no intuito de atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB para a Educação Básica do Município de Brejo Maranhão, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Isto deve acontecer para que a educação local possa atingir as seguintes médias no IDEB:

Quadro 8 – Metas projetadas 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.

5º ano	Metas Projetadas			
Município Brejo-MA	2015	2017	2019	2021
	3.7	4.0	4.3	4.6
9º ano	Metas Projetadas			
Município Brejo-MA	2015	2017	2019	2021
	3.7	3.9	4.2	4.5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

Entretanto, de acordo com a tabela, ainda estamos diferentes da realidade projetada, necessitando avançar, buscar estratégias para que se possa alcançar a equidade da educação local.

Reforçando o projeto político pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação. O PPP ainda está em construção.

A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha. As novas concepções pedagógicas, embasadas na ciência da educação, sinalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacional, que surgiram como importante proposta e suficiente orientação para os professores. Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população.

Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Essa estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de Educação Municipal.

Deve-se assegurar a melhoria da infraestrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos.

É preciso avançar mais, nos programas de formação e de qualificação de professores. A oferta de cursos para a habilitação de todos os profissionais do magistério deverá ser um compromisso efetivo das instituições de educação superior e dos sistemas de ensino Estaduais e Municipais.

CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTAIS DA PESQUISA

A pesquisa é descritiva e qualitativa. De acordo com a taxonomia de Vergara (2003). Quanto aos fins é descritiva, explicativa e aplicada. Descritiva porque descreve o ambiente físico e a relação entre a formação e o trabalho do professor com a não aprendizagem do aluno na faixa etária certa. Explicativa porque pretende compreender a razão do abandono da escola pública para a privada, atuação do docente e atrito entre família e escola. Aplicada, por se tratar de um problema concreto de um município.

Busca-se em Minayo (1994, p.21) quando afirma que a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma infinidade de dados que não podem ser quantificados e que se constituem através “[...] de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis[...]”. Há, portanto, que estar totalmente presente, ou seja, propiciar através da escuta “[...] a possibilidade dos sujeitos pronunciarem a sua palavra[...]”.

Minayo (1994, p.59) compreende que “[...] O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com o observado.

Reis (2010, p.82) diz que “a entrevista é um instrumento privilegiado nos estudos descritos, numa abordagem qualitativa” [...], pois, para obtenção dos dados com eficácia, este instrumento é propiciador do recolhimento de informações sobre o fenômeno a ser investigado.

Ainda segundo a autora existem três tipos de entrevistas: não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas. A entrevista instrumento desta pesquisa é semiestruturada, isto se deu pela necessidade de organizar os questionamentos baseados no enquadramento teórico. Tendo como vantagem a otimização do tempo. (REIS, 2010)

Assim, neste capítulo será apresentado os objetivos da pesquisa, local onde foi desenvolvido a pesquisa, bem como, os participantes, os instrumentos de coleta de dados e a respectiva coleta.

3.1. Objetivos

3.1.1. Objetivo Geral:

- Compreender as causas da migração dos alunos do ensino fundamental das escolas públicas para as escolas privadas, de um município do Estado do Maranhão;
- Compreender o porquê que muitos alunos não estão apresentando rendimento esperado para a sua faixa etária nas escolas públicas do município.

3.1.2. Objetivos Específicos:

- Mapear as escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental do Município da pesquisa em foco;
- Verificar o índice de aproveitamento dos alunos frente ao diagnóstico avaliativo realizados nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental do Município;
- Identificar fatores que contribuem para a saída dos alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino e indo para as escolas da rede privada;
- Verificar se os alunos que transitam para a rede privada melhoram seu rendimento escolar.

3.2. Local

A pesquisa foi realizada no contexto educacional de um município do Estado do Maranhão. Com observação na Secretaria Municipal de Educação, analisando os dados, contribuindo em projetos para apontamento de possíveis soluções para o problema da diminuição progressiva de alunos na rede pública municipal local. A outra parte da pesquisa, a entrevista, foi feita de forma aleatória nas escolas privadas com 30 famílias, sendo que uma das descrições apontadas foi a família ser participante do Programa Bolsa Família.

3.3. Participantes

Foram selecionadas 30 famílias de forma aleatória, apenas com uma descrição exigida: 20 dos entrevistados serem participantes do Programa Bolsa Família, e 10 famílias sem nenhuma descrição. A entrevista foi individual para que os pais pudessem responder sem nenhum tipo de constrangimento, que pudessem alterar sua resposta e seu comportamento.

3.4. Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados foram os seguintes:

- ✓ análise documental que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa, pois deu suporte para o conhecimento do contexto sócio histórico do município e sua evolução no âmbito educacional e organizacional;
- ✓ entrevistas semiestruturadas com 30 famílias que nos permitiu conhecer as razões da migração dos alunos para as escolas privadas
- ✓ observação não participante do trabalho de supervisão desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação no âmbito das políticas públicas de Educação, que nos permitiu conhecer o acompanhamento feito aos diversos programas e do qual resultou um relatório

3.5. Coleta de dados

Para obtenção de dados concretos, em março de 2014 iniciei as visitas na Secretaria Municipal de Educação, para coletar os dados para este trabalho, assim sendo, a primeira visita para conhecimento da realidade aconteceu em 18/03/2014; e a partir desta data as visitas à secretaria tornaram-se constantes, para colher mais informações sobre o processo de migração dos alunos da escola pública para a privada, o entendimento dos pais para essa procura devido à situação socioeconômica das mesmas, o que os profissionais da secretaria de educação estavam fazendo a respeito.

A pesquisa incluiu, como já foi dito, análise documental, visitas, observação e entrevista. A análise documental e a observação obtiveram-se nas visitas à secretaria municipal de educação nos horários propostos e adequados, e a entrevista com as famílias realizou-se também de acordo com as respectivas disponibilidades. Assim sendo, para melhor interpretação dos dados, utilizaram-se tabelas e gráficos.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Mesmo com o IDH baixo, no ano de 2012 iniciou-se um fenômeno que chamou a atenção de boa parte dos professores, gestores e os participantes do governo municipal local, as famílias consideradas de baixa renda começaram a matricular seus filhos nas escolas privadas. E a cada ano este fenômeno foi aumentando, mesmo a administração pública reformando e ampliando escolas, construindo novas escolas, as famílias continuavam retirando seus filhos da escola pública e matriculando-os nas privadas.

Logo parece perceber que tal fenômeno foi ocasionado porque as escolas públicas não possuem estruturas físicas adequadas, ou metodologias pedagógicas que incentivassem as crianças a aprender. Embora, as escolas privadas tenham aparência, em sua estrutura física, das escolas públicas, o resultado da aprendizagem é de acordo com o ano/série. E isto, parece encantar as famílias, fazendo com que o fenômeno da migração acontecesse e fosse aumentando.

Neste capítulo serão apresentados os resultados recolhidos pelos diversos instrumentos de investigação: a análise documental, a entrevista realizada com as 30 famílias de alunos que estavam matriculados e estudando nas escolas da rede pública e migrou para as escolas da rede privada no ensino de um município do Estado do Maranhão. Como também, o relatório da observação realizada na secretaria municipal de educação no ano de 2015.

4.1. Dados recolhidos para análise documental

Os dados deste subcapítulo já foram apresentados no Capítulo II deste trabalho, “Contextualização da Pesquisa”.

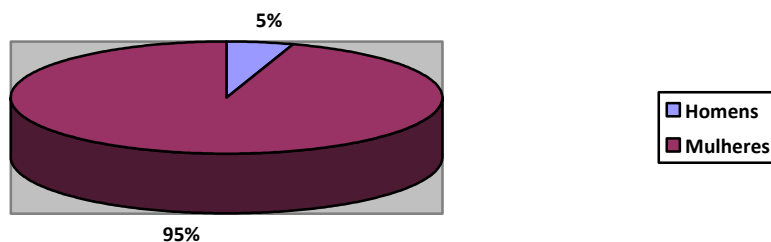
4.2. Dados recolhidos por entrevista

A entrevista foi realizada com 30 famílias. 10 dos entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, e 20, tendo apenas um critério, o de ser bolsista do Programa Bolsa Família. Não houve gravações das entrevistas, uma das condições exigidas pelas famílias, pelo receio de perder a bolsa, haja vista que ao matricular os filhos em escola privada e custeá-los de acordo com as exigências da escola, poderia conotar melhoria na qualidade de vida e por tanto, perda do benefício. A seguir apresenta-se os resultados das questões levantadas na entrevista

4.2.1. Gênero

Ao realizar a pesquisa com as famílias, tive o cuidado de contabilizar quantos dos entrevistados seriam do sexo feminino e masculino, obteve-se, o seguinte resultado:

Gráfico 1

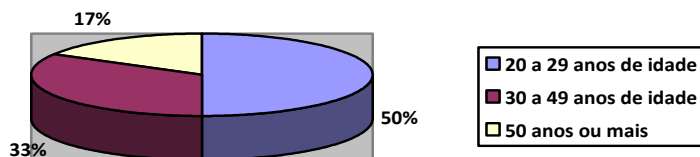


Dos 30 entrevistados, 95% era do sexo feminino e 5% do sexo masculino. Isto se deu pelo motivo que a maioria das mães não trabalham e, se trabalham apenas em um turno. Como a maioria são bolsistas do Programa Bolsa Família, as mães são responsáveis em levar e buscar os filhos nas escolas, como também, de escolher qual escola os filhos estudam.

4.2.2. Idade

Segundo os dados do IBGE (2010), as mulheres estão tendo filhos mais tarde, por causa do trabalho. Isto se dá como verdade às mulheres que tem como prioridade suas carreiras. No caso do município campo desta pesquisa, as professoras, estas optam em ter filhos mais tarde e não passa o número de 2 ou 3 filhos, é visível como a menor porcentagem no gráfico abaixo. Assim, a idade dos entrevistados foi em média de:

Gráfico 2



Pelo gráfico percebe-se que a maioria dos entrevistados estão com a idade entre 20 a 29 anos de idade. Com as políticas públicas assistenciais, no caso "Auxílio Maternidade", muitos

casais na sua tenra idade começaram a ter filhos. A mais nova tinha 22 anos de idade, e seu filho a completar 6 anos de idade.

Segundo esta mãe, seu filho estudou desde a creche até o Ensino Infantil I, isto é, entrou na escola infantil com 1 ano e 6 meses de idade saiu com 5 anos e não sabia absolutamente, nada. A mãe pensava que seu filho tinha problema de vista, pois não sabia identificar as cores, não conhecia os números e muito menos as letras. Revoltada com a situação, matriculou seu filho em uma das escolas privadas do município. Em 3 meses, seu filho começou a ler, identificar as cores, resolver pequenos problemas matemáticos, a mãe fala com tanto entusiasmo e completa: "eis o motivo de eu ter tirado meu filho da escola empurra o burro". Com muita tristeza, tive que ouvir, pois infelizmente na educação infantil brinca-se por brincar, não há um atrelamento entre o tema curricular e uma brincadeira.

[...] brincar é uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças [...]", além de [...] "desenvolver habilidades importantes como a atenção, a imitação, a memória e a imaginação, o aluno também amadurece a capacidade de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASIL, 1998, p. 22).

A brincadeira permite pensar, construir, decidir, experimentar, sentir emoções, cooperar, descobrir, aceitar limites, competir. Nas brincadeiras as crianças ficam frente a frente com situações já vividas pelos seus pais. Segundo Benjamin, citado por Porto (2003), "o brinquedo, mesmo quando não é apenas miniatura de objetos que circulam no mundo dos adultos, é confronto, não tanto da criança com os adultos, mas destes com a criança".

A Educação Infantil é a base de toda vida escolar de uma criança, sendo bem trabalhada, o aluno terá sucesso, do contrário, haverá em algum momento o abandono.

Os 33% estão com os adultos mais experientes, inclusive 50% destes estão os professores da rede pública, estes também não aceitaram seus filhos entrando no segundo ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental (4º e 5º ano) sem pertença ao mundo letrado.

É direito de toda criança ser alfabetizada em língua portuguesa e em matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental, aos 8 anos de idade (BRASIL, 2012). Por isto, o município aderiu ao PNAIC - Pacto Nacional da Alfabetização Na Idade Certa, dando aos professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa, o apoio através de formação continuada, ajudando-os a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e desenvolverem as ações desse Pacto.

E os 17%, entre ele, estão os pais mais ilustres do município: os professores. Por não acreditar na escola pública, matriculam seus filhos nas escolas privadas até o 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, após transfere-os para Teresina - PI ou São Luís - MA.

Como não acreditar no meu trabalho? Alguns dos entrevistados falaram que "se nem os professores confiam neles, como vou confiar também?". Há urgência no resgate do valor da escola pública, e o primeiro passo é resgatar no professor confiabilidade, compromisso, para junto a sociedade resgatar a credibilidade do ensino público municipal.

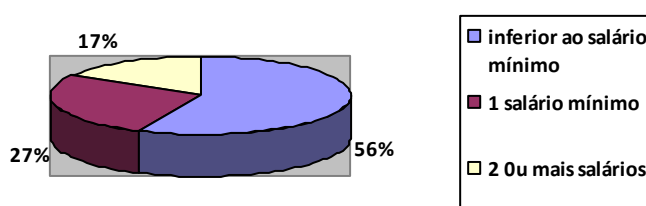
4.2.3. Renda familiar

Vários são os critérios para a família escolher a escola que seu filho vai estudar. De acordo com a pergunta feita sobre a renda da família, de acordo com o gráfico, a maioria não teria condições de pagar mensalmente R\$ 180,00 a R\$ 270,00, fora material didático, livros, farda, contribuições para as festividades e comemorações da escola, entre outros. Porém, os pais elencaram outros valores subjetivos de ordem emocional ou psicológica, e aspectos objetivos, de ordem prática (aprendizagem dos filhos).

Assim, analisa-se que o desejo dos pais em ver seus filhos numa escola de qualidade com educação de qualidade está além das posses e do uso dos diferentes tipos de capital. A questão mais abordada foi as expectativas e aspirações da família sobre a escolarização do filho. (Carvalho, 2004, p.180).

Analisando o gráfico abaixo, a renda da família varia de:

Gráfico 3



56% dos entrevistados possui salário inferior ao salário mínimo que variam de R\$ 150,00 a 300,00 pessoas que trabalham de diaristas, manicure, etc. Estas sobrevivem praticamente do Bolsa família, como as famílias tem liberdade na aplicação do dinheiro recebido e e optam em investir praticamente tudo na educação do filho. Estas recebem bolsas que variam de R\$ 450,00 a R\$ 1.050,00.

Os 27% são os profissionais que trabalham nas grandes lojas, na Prefeitura Municipal espalhados nas diversas secretarias, como: AOSG (Auxiliar Operacionais de Serviços Gerais), Auxiliar Administrativo, dentre outros. Que também recebem Bolsa Família. O valor da bolsa, segundo os entrevistados varia de R\$ 270,00 a R\$ 500,00.

Os 17% são pequenos empresários, lojistas, bancários e o professor, por apresentarem condições melhores e o número percapita que não atende a demanda do Bolsa Família, estes não recebem bolsas.

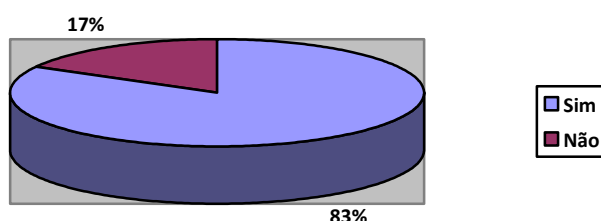
4.2.4. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família vem se fortalecendo e minimizando o baixo índice de pobreza em todo o Brasil, e afirmo no município em foco. A qualidade de vida tornou-se evidente no município.

Muitos dos bolsistas do Programa bolsa Família possuem moto, a casa que ganharam no Programa Minha casa minha vida, é ampliada e bem mobiliada, dentre outros aspectos que indicam qualidade de vida. Inclusive condições de manter os filhos em escolas privadas.

Ao perguntar sobre "Sua família participa do programa bolsa Família?". Obteve-se como resposta:

Gráfico 4



83% dos entrevistados, responderam que sim, são participantes e apresentaram o que mudou na vida deles após a implantação e implementação do programa, inclusive apontaram a escola em que seus filhos estudam.

Corroborando, Campos Filho (2007, p.163) confirma ao dizer que:

[...] as dimensões que denotam relevante melhora da qualidade de vida: melhoramentos nas condições de moradia, oportunidades de lazer e de convivência familiar, investimentos no desenvolvimento pessoal e abertura de perspectivas de futuro, satisfação pessoal e autoestima.

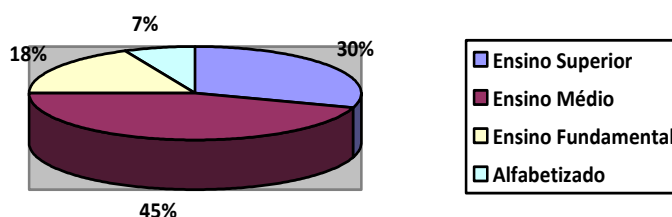
E isto é visível, no intuito de amenizar a situação dos menos favorecidos, o Programa Bolsa Família trouxe qualidade de vida aos bolsistas.

Dos 17% dos entrevistados, responderam não, e a resposta já era esperada, haja vista que estes não estão dentro dos padrões do programa.

4.2.5. Formação

A formação dos entrevistados varia do Ensino superior ao alfabetizado pelo Programa Brasil Alfabetizado, isto afirma que mesmo fora da idade escolar muitos brejenses retomaram seus estudos, perceberam que o conhecimento é o maior tesouro que o ser humano pode obter, como também, uma forma de ajudar os filhos nas atividades escolares, haja vista que a maioria dos entrevistados são de renda baixa. Estas informações estão explícita no gráfico a seguir:

Gráfico 5



30% dos entrevistados possuem o ensino superior, neste está contido os professores, bancários pequenos empresários, pessoas que tiveram condição e oportunidade de se formar e obter a profissão almejada ou a que surgiu com facilidade para obter.

45% fizeram apenas o Ensino Médio ou Normal Médio, pararam porque casaram-se e os companheiros proibiram de continuar a estudar, outros por causa das muitas discussões com os professores, por causa da implicância da direção da escola e por falta de locomoção do interior para a sede do município, pois antes não tinha o transporte escolar. Outros tiveram que procurar emprego e não puderam continuar seus estudos.

18% fizeram até o Ensino Fundamental e pelos mesmos motivos supracitados não deram continuidade em seus estudos. Mas querem o melhor para os filhos para que estes tenham uma vida melhor que a deles.

7% foram apenas alfabetizados no Programa Brasil Alfabetizado e estão continuando seus estudos no Programa de educação de Jovens e Adultos, que é para os egressos do Brasil

Alfabetizado. E uma das mães acrescentou ainda que, voltou a estudar para ajudar os filhos no dever de casa, pois esta não tem condição de pagar um professor no contraturno.

Os jovens e adultos que se encontram a margem da educação, veem na escola a chance de integrar-se à sociedade letrada da qual fazem parte por direito, mas que não podem participar porque não dominam a leitura e a escrita. Os jovens e adultos como cidadãos e trabalhadores querem, sobretudo, sentir-se sujeitos ativos, participativos na sociedade.

4.2.6. Escolha da escola privada

Ao questioná-los sobre as razões para escolha da escola privada, responderam:

“Não quero para meus filhos o resultado dos meus alunos” (Professora da rede pública).

“A escola pública não oferece espaço adequado e professores compromissados”
(Empresário)

“Quero um futuro melhor que o meu para meus filhos” (Pai bolsista)

“Custei ser alfabetizado, até hoje não sei ler e meus filhos estavam no mesmo caminho, acredita, no quarto ano sem ler, tirei e coloquei na particular”. (Mãe bolsista)

“A escola pública é boa, a privada é melhor”. (Funcionário público)

“Quero meu filho lendo e escrevendo e calculando na idade certa”. (Professor da rede pública)

“A escola pública é casa da mãe Joana, é bagunçada e os meninos não aprendem”. (Pai bolsista)

“Sonho com um futuro melhor para meu filho, e este futuro está na educação, com eficácia na escola privada” (Empresária)

“Porque na escola privada as crianças aprendem a ler desde o infantil, e na escola pública não aprendem”. (Mãe bolsista)

“Porque lá eu posso cobrar, estou pagando”. (Pai bolsista)

“Porque é melhor”. (Mãe Bolsista)

“Sei a diferença no ensino no público e privado, eu quero resultado positivo na educação dos meus filhos”. (Funcionário público)

“Porque mesmo... é melhor”. (Mãe bolsista)

“Os menino aprende”. (Mãe bolsista)

“Não tenho tempo de ensinar meus filhos, a escola privada ensina a criança a obter independência cognitiva, meus filhos desenvolvem suas atividades sem ajuda de terceiros”.
(Mãe autônoma)

“Porque lá se aprende, professor tem compromisso”. (Pai bolsista)

“Porque lá é melhor”. (Mãe bolsista)

“Tive que lutar muito para ter o que tenho hoje, tudo que tenho é de meus filhos, para eles serem melhor que eu, precisam estudar, e o melhor é na escola que escolhi para eles”.
(Comerciante)

“Ah, professora, somos educadoras e sabemos que a rede pública vai de mal a pior, não vou correr o risco de matricular meus filhos. Opto pela rede privada porque lá tenho certeza que terei resultados satisfatórios em relação a aprendizagem de meus filhos”. (Professora da rede pública)

“Não tem comparação, a escola privada é melhor”. (Mãe bolsista)

“Quero o melhor p meus filhos, e na escola particular é muito melhor”. (Mãe bolsista)

“Porque eu confio nos resultados de lá” (Mãe bolsista)

“Porque lá eles dão resultado”. (Mãe bolsista)

“Porque confio, lá tratam a gente bem; meu filho gosta”. (Pai bolsista)

“Porque lá as pessoas são mais felizes, minha filha gosta de todos e principalmente da tia. Minha filha de 5 anos já sabe ler, escreve até meu nome”. (Mãe bolsista)

“Porque decidir que era pra ser lá, e é; os meninos aprende”. (Mãe bolsista)

“Meus filhos são tudo pra mim, eu quero o melhor para eles, e aonde eles estão, é a melhor escola”. (Mãe bolsista)

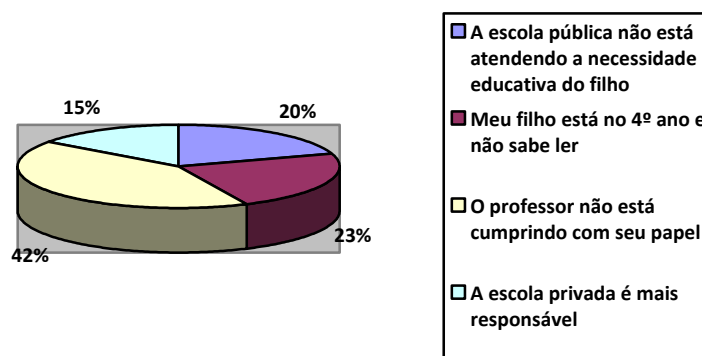
“Porque na escola particular se aprende”. (Mãe bolsista)

“Porque lá é melhor para meus filhos, e por eles faço todo sacrifício”. (Pai bolsista)

“Meus filhos estavam no terceiro, quarto e quinto ano, não sabiam ler e escrever, passaram eles para o quarto, quinto e sexto ano. Tirei da escola pública, eles tiveram que repeti de ano na escola privada, e para ajudar as professoras, contratei um professor particular”. (Funcionário público)

Verifica-se que várias são as razões que as famílias participantes desta pesquisa, tem em escolher as escolas privadas, porém, os fatores considerados mais importantes por eles ao matricularem seus filhos no estabelecimento escolar são que a criança seja alfabetizada e letrada. Assim ao perguntar o porquê escolheste a escola privada para seu filho estudar, se o município oferta educação gratuita? Obteve-se como resposta:

Gráfico 6



Sabe-se que atualmente existe várias formas de informações sobre tudo, de forma peculiar para satisfazer a busca de cada um. Assim, há uma série de informações disponíveis para a escolha da escola. No município campo desta pesquisa, as famílias já conhecem as escolas privadas pois as mesmas estão inseridas no cenário brejense desde 1970 (Colégio Imaculada Conceição), 1979 (Colégio Diocesano), 1990 (Escolinha Menino Jesus) e em 2010 criou-se uma nova escola privada na cidade para atender a demanda (Instituto Educacional Professora Olga Portela - IEPOP), onde 20% dos entrevistados matricularam os seus filhos.

Por ser uma escola nova o IEPOP abriu nas redes sociais uma conta para postar as atividades desenvolvidas na escola e os relatos de satisfação das famílias. A escola iniciou com um pouco mais que 45 alunos, e a demanda aumentou subitamente. Como também, as próprias escolas dão informação através de panfletamento e anúncios nas rádios local e carro volante.

Os pais que conhecem bem a situação educacional do Brasil, procuram os resultados das divulgações oficiais a partir de avaliações externas e exames nacionais, como a Provinha Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA, Prova Brasil e o ENEM.

Assim sendo, para compreender o processo de escolha das escolas, é importante identificar a origem das informações sobre a escola e as disposições para compreendê-las, pois, segundo Nogueira,

As pesquisas evidenciam que o volume e a qualidade da informação a que os pais têm acesso no processo de escolha, bem como sua capacidade de decodificação e de utilização estratégica dessa informação variam enormemente segundo os grupos sociais (2011, p.956).

Porém, a maioria das famílias que fizeram parte desta pesquisa, tem outro motivo pela escolha da escola privada. 20% disseram que a escola pública não está atendendo as necessidades educativas dos seus filhos. Analisando esta afirmativa, tenta-se compreender o que está acontecendo com o ensino público local. Os programas advindos do Governo Federal

estão implantados e executados, salários de acordo com o piso salarial nacional, professores especializados, dentre outros. E a criança chega ao 4º ou 9º ano do ensino fundamental sem pertencimento a leitura.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação - SME, os índices de reprovação no município diminuíram, porém, outro agravante surgiu, alunos chegando ao ensino médio sem saber ler. Dos quase 9 mil alunos da rede pública municipal brejense, 3 mil crianças aproximadamente, estão letradas, o restante dos alunos está distante de sua realidade educativa.

Faz-se formações, conversa-se com os professores, gestores e a situação é a mesma.

23% dos entrevistados responderam que os filhos estão chegando no 4º ano ou 5º ano e não sabe ler, indignados tiraram seus filhos e os matricularam na rede privada de ensino. Segundo eles os filhos sabem ler e escrever corretamente. E dão sugestão de melhorias, avaliação para professores, avaliação com os alunos para medir o aprendizado do aluno, pagar salários mediante aprendizagem do aluno, dentre outros.

42% apontaram que o professor não está cumprindo com seu papel, os alunos estão cada dia saindo da sala de aula sem conhecimento, sem leitura, apenas meros reprodutores de cópias.

Já os 15% preferem a escola privada por ser mais responsável na aplicação do dever, isto é, as crianças entram sem saber as sílabas, números e no prazo de até 3 meses já leem, conseguem reproduzir pequenos textos, e quando chega no final do ano, a criança sabe ler e escrever bem.

Mesmo sabendo que a educação não vai bem, isto a nível nacional, concebo a escola pública como dever do Estado, dos profissionais que nelas trabalham, o seguinte:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2013, p. 11)

Penso que, todos os professores são cientes da responsabilidade que tem nas mãos, pois são vidas que tem direitos a adentrar ao mundo do conhecimento, com pertencimento, para que possam transformar-se e serem capazes de transformar sua realidade.

4.2.7. Fracasso Escolar

Sabe-se que o fracasso escolar é um dos maiores indicadores de desigualdade social e educacional, atualmente aparece entre os problemas mais estudados e discutidos. Entretanto, em vez de família e professores, a gestão municipal (prefeito e secretário municipal de educação), sentarem-se e buscar respostas plausível para minimizar o problema, o que ocorre é a busca pelos culpados: ora se culpa a criança por ela não querer saber de nada, ora a família que é ausente e não acompanha os filhos, ora todo um sistema econômico, político e social, dentre outros culpados. Em contrapartida, a família culpa a todos, e principalmente o professor, mais nenhuma das instituições dão trégua para discutirem e chegar a um denominador comum.

Mas há culpados? Será que existe mesmo um culpado para a não aprendizagem? De ter, com certeza tem, só que todos devem buscar soluções e deixarem de se apontar, acusar, pois ninguém ganha com isto.

Ao perguntar sobre o que você entende por fracasso escolar, obteve-se as seguintes respostas:

“A escola pública não atende a necessidade educativa do meu filho, por isso o tirei de lá, para evitar o fracasso escolar dele” (Professora da rede Pública)

“Não sei do que se trata”. (Mãe bolsista)

“A escola pública está deixando a desejar no que concerne a aprendizagem das crianças, e isso gera o fracasso escolar”. (Professora da escola pública”.

“Meu filho está no quarto ano e não consegue ler, tirei da escola pública e matriculei na privada, pra evitar o fracasso escolar dele” (Empresário)

“Não sei”. (Pai bolsista)

“Quando o aluno não aprende, ele reprova ou desiste”. (Mãe bolsista)

“É quando a escola não alcança as metas almejadas, no caso a aprendizagem dos alunos”. (Empresária)

“Não sei te responder”. (Mãe bolsista)

“Entendo tão bem o que é fracasso, que tirei meus filhos da escola pública e os coloquei na escola privada”. (Professora da rede pública)

“Não sei”. (Mãe bolsista)

“Entendo, quando os alunos não aprender ler e escrever”. (Funcionário público)

“Não sei o que significa”. (Pai bolsista)

“Quando o aluno reprova”. (funcionário público)

“Não sei”. (Mãe bolsista)

“Não sei te responder” (Mãe bolsista)

“A aprendizagem do aluno é o objetivo principal da educação, quando este não aprende, reprova, ou o professor passa e aí culmina no fracasso escolar”. (Mãe autônoma)

“Penso que é quando o aluno reprova porque não aprendeu”. (Comerciante)

“Não sei responder a sua pergunta”. (Mãe bolsista)

“Não entendo”. (Mãe bolsista)

“Entendo por fracasso quando você não consegue aquilo que se propôs a conseguir”.
(Funcionário público)

“Não sei do que se trata”. (Pai bolsista)

“Não sei lhe responder” (Mãe bolsista)

“É quando não aprende”. (Pai bolsista)

“Não sei te responder”. (Mãe bolsista)

“Não sei”. (Pai bolsista)

“A não aprendizagem, a repetência”. (Mãe bolsista)

“Não sei te responder sobre isso”. (Mãe bolsista)

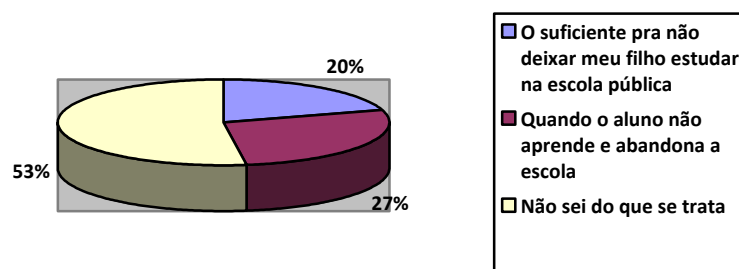
“Exatamente o que acontece na escola pública, o aluno não aprende, repete de ano, ou então mesmo sem saber ler e escrever, o professor ainda passa”. (Pai bolsista)

“Não sei”. (Mãe bolsista)

“Não sei”. (Mãe bolsista)

As respostas estão explicitadas no gráfico abaixo:

Gráfico 7



20% das famílias responderam que sabem o suficiente o que significa o fracasso escolar, aponto de matricularem seus filhos na escola privada.

27% responderam dizendo que fracasso escolar é quando o aluno não aprende. Por não aprender eles desistem, quando não podem desistir ficam reprovados, e isto provoca grandes distúrbios na criança.

53% responderam não conhecer o assunto. Então fez-se um debate sobre o tema, tendo como base a seguinte citação:

Conceitualmente, o fracasso escolar é entendido como um desajuste produzido em algum ponto do sistema educativo, exemplos: na formação do docente, na exigência dos conteúdos, na fragmentação curricular ou, ainda, nas possibilidades oferecidas aos alunos para o aprendizado. (COSTA, 2009, s/p)

O fracasso é sem dúvida, um dos mais graves problemas com o qual a realidade educacional, não só no município, mais a brasileira vem convivendo há muitos anos. Tal ocorrência pode ser evidenciada em todos os níveis de ensino, mesmo possuindo maior índice de frequência nos primeiros anos de escolarização. Porém, juntos família e escola, precisam encontrar harmonia entre si para chegar a um ponto de partida. Se a culpa é do professor, uma boa formação inicial e continuada pode ser um bom começo. Se a culpa é da família, mãe e pai pode revezar as visitas e as tarefas de casa. Se a culpa é do governo, é importante analisar os recursos que entram e com que é gasto, para todos participar da aprendizagem da criança.

Segundo Piaget, (apud COSTA, 2009) o aprender passa pela observação do objeto, pela ação sobre ele e pelo desejo. O conhecimento é o resultado de uma construção do sujeito na interação com os objetos E o saber é a apropriação desses conhecimentos pelo sujeito de forma particular, própria dele, pois implica no inconsciente.

É importante enfatizar que, mesmo com o IDH baixo, no ano de 2009 iniciou-se um fenômeno que chamou a atenção de boa parte da população, as famílias consideradas de baixa

renda começaram a matricular seus filhos nas escolas privadas por sentir que seus filhos estavam sendo prejudicados na escola pública. E a cada ano este fenômeno vem aumentando, mesmo a administração pública reformando e ampliando escolas, construindo novas escolas, as famílias continuam tirando seus filhos da escola pública e matriculando-os nas privadas. Logo percebe-se que tal fenômeno foi ocasionado porque as escolas públicas não possuem estruturas físicas adequadas. Haja vista que, as escolas privadas, tem aparência em sua estrutura física com as escolas públicas, salvo está uma que padronizou sua estrutura no modelo que oferecesse à criança espaço para aprender e brincar com qualidade (salas amplas e arejadas, pátio coberto com brinquedoteca, dentre outros aparatos que fazem a diferença em uma estrutura física escolar).

Vislumbrando o município, centenário com mais de 33.314 habitantes, outrora conhecida como “berço do conhecimento”, há décadas vem decaindo sobre sombrias mutações oriundas da política partidária levando os munícipes a desacreditar e banalizar o bem público. E nesta sequência de desventura que a escola pública tem sido um dos maiores alvos.

Tem-se visto e acompanhado conflitos entre escola, família e secretaria municipal de educação. Salas superlotadas, professores com redução de carga horária, professores que trabalham em três turnos, dentre outros problemas, tem levado muitos pais a matricular seus filhos em escolas particulares por não acreditar na educação pública e no trabalho pedagógico dos professores.

O outrora reclamava-se do Governo Federal, este, através dos programas do Governo Federal para as escolas receberam no ano de 2013 aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), em 2015 mais de R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais), sem falar em três ônibus novos através do Programa Caminho da Escola, para atender a demanda de muitos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental são de interiores e bairros distantes. Com o Programa Mais Educação e Mais Cultura os alunos passam o dia na escola, com reforço escolar, desde o letramento até nas disciplinas específicas, atividades físicas e esportivas, danças, teatros, etc., com vistas a acostumar os alunos na escola para a partir do ano posterior, ao implantar a Educação Integral estes estejam acostumados as atividades escolares. (DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

Sabe-se que tudo o que fora supracitado, ainda é pouco para a importância do trabalho educacional numa perspectiva de mudança. Pois o município, neste ano de 2015, o quadro da educação municipal bejense é composto de 65 (sessenta e cinco) escolas, que atende desde a educação infantil até o Ensino Fundamental. Tem-se uma clientela de aproximadamente

10.000 (Dez mil alunos) e 661 (seiscentos e sessenta e um professores). Destes professores 65% são especializados, 30% graduados e 05% apenas com o magistério. (RESULTADO PARCIAL DO CENSO, 2015)

Entretanto, o índice de analfabetismo é de 45%, segundo o Relatório da URE (Unidade Regional do Estado) da Microrregião de Chapadinha – MA. Tem-se 39,8% de repetências, 17% abandono escolar, este diminuiu por causa do Programa Bolsa Família, onde a frequência bimestral é realizada via MEC pelas escolas. Caso o aluno tiver menos de 70% de presença, automaticamente a bolsa é cancelada, sendo necessária a presença da família na Assistência Social Municipal, secretaria responsável pelo cadastramento ou recadastramento.

Mesmo com o Programa Acelera e Se Liga que trabalha com a correção da distorção série/idade, trabalhados em 2010, 2011 e 2012, esta problemática ainda é de 23% nas escolas do município.

Outro Programa que o município aderiu foi o PNAIC (Pacto Nacional pela Idade Certa), onde o governo federal aposta todas as suas fichas para que o problema educacional brasileiro seja solucionado. O programa é trabalhado no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo que todos os alunos ao cursarem o 3º ano do Ensino Fundamental estejam letrados, todos sem exceção, no percurso dos anos de 2013 e 2015. Numa perspectiva Construtivista de Emília Ferreira e outros estudiosos.

Analizando a situação educacional do município, há inúmeras possibilidades para constatação do problema, apontamento de soluções e trabalhos voltados, a priori, para o resgate da autoestima do professor, pois este ainda é o elo entre um ser humano e o mundo conhecimento, através desta possibilidade outras poderão surgir até chegarmos ao patamar almejado, termos “a escola que sonhamos, que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã” (NETO, 2003, 23).

Em pleno século XXI, com tantos avanços tecnológicos, acumulação de conhecimentos, era para a educação está em outro patamar, a escola pública por ser de todos e para todos, ser o maior pilar de sustentáculo do saber. Porém, é notório que pouca coisa mudou, apenas mudanças de nomenclaturas, facilidade de formações, dentre outros. Mas falta de qualidade de ensino e aprendizagem, falta valorização dos profissionais da educação e a falta de responsabilidade com a educação pública é o que mais cresceu, principalmente nos países de terceiro mundo, e em pequenas cidades como a do município campo desta pesquisa.

4.2.8. Satisfação com o resultado na escola privada?

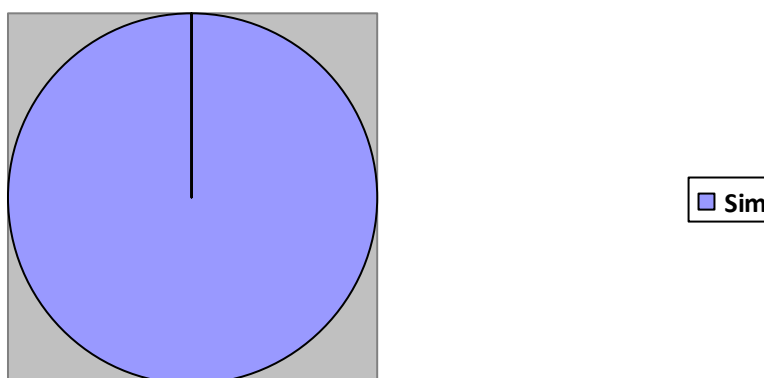
Entende-se por rendimento escolar, o resultado positivo que o aluno deve obter durante o ano letivo, através da relação professor e aluno com referência à aprendizagem, em sala de aula. Bem como a parceria da família com a escola, para o alcance da qualidade da educação, seja na escola pública, seja na escola privada

De acordo com a LDB 9394/96 em seu Art. 22, diz que a “educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Porém, o que já se percebeu é que a escola pública tem deixado uma grande lacuna em que concerne ao aprendizado, ao rendimento escolar, ao que está previsto por lei. Tirando os direitos acima citados pela lei, dos alunos que não avançam na aprendizagem. E eis o motivo de muitos pais tirano seus filhos da escola pública para a escola privada.

Desta forma, há uma pergunta que ainda precisa de resposta, verificar se os alunos que transitaram da escola pública para a privada, melhoraram seu desempenho escolar, obteve-se como resposta unânime das 30 famílias que participaram da pesquisa, que sim.

Gráfico 8



E ainda justificaram, dizendo:

“Tinha certeza que ficaria satisfeita com o resultado”. (Professora da escola pública)

“Alegre demais, eles estão lendo”. (Mãe bolsista)

“Estou satisfeito com o resultado, vale apenas o investimento”. (Empresário)

“Estou plenamente satisfeita, todo sacrifício que meu marido, minha mãe e eu estamos fazendo, é válido”. (Mãe bolsista)

“Muito satisfeito”. (Pai bolsista)

“Satisfeitíssima, a aprendizagem acontece. Vale apenas todo sacrifício, pois é retorno garantido”. (Funcionário Público)

“Eu sabia que eu estava fazendo a coisa certa, muito feliz porque meus filhos estão lendo”. (Mãe bolsista)

“O resultado é garantido, e rápido, muito feliz”. (Comerciante)

“Muito satisfeito”. (Pai bolsista)

“Estudei nesta escola, e sei do resultado positivo que ela tem em relação ao desempenho dos alunos, estou satisfeita e agradecida pelo resultado”. (Empresária)

“Não sei ler direito e escrevo muito mal. Meus filhos estão bem melhores que eu, estou feliz por eles”. (Mãe bolsista)

“Quando matriculei meus filhos na escola privada, eu tinha certeza que eles teriam autonomia em fazer suas atividades, isto me deixa satisfeito”. (Mãe autônoma)

“Muito satisfeita com o resultado obtido na aprendizagem de meus filhos”. (Mãe bolsista)

“Feliz com o resultado”. (Funcionário público)

“Muito feliz”. (Mãe bolsista)

“A escola privada por ser uma empresa, prima pela qualidade da educação, e isto acontece quando há resultado positivo na aprendizagem dos alunos, muito satisfeita”.
(Professora da rede pública)

“Muito feliz em ver meus filhos lendo e escrevendo”. (Mãe bolsista)

“Satisfeito” (Funcionário público)

“Já esperava o resultado positivo, pois acredito no ensino privado”. (Mãe bolsista)

“Sabe-se que o resultado da escola privada é sempre positivo, já esperava, com certeza”.
(Professora da rede pública)

“Muito satisfeito”. (Pai bolsista)

“Feliz em ver eles lendo, fazendo as tarefas”. (Mãe bolsista)

“Satisfeita, de 0 a 10, 10”. (Mãe bolsista)

“Obtive o resultado esperado”. (Pai bolsista)

“Satisfeita”. (Mãe bolsista)

“Muito satisfeito” (Pai bolsista)

“Feliz por ver meu filho lendo, valeu a pena o investimento”. (Mãe bolsista)

“Muito satisfeito” (Pai bolsista)

“Sem sombra de dúvida, muito satisfeita”. (Mãe bolsista)

“Gostei muito do resultado dos meninos”. (Mãe bolsista)

O grau de satisfação é grande pelo resultado obtido através da escola privada, e isto é real, porém, a escola pública pode oferecer ensino de qualidade. Basta tão somente cobrar o que é de direito para as crianças, tais direitos vão desde a estrutura física da escola à formação do profissional professor.

Entre outros atributos que elevam a escola privada, é a questão da cobrança da família, a família exige, está presente. Enquanto na pública esta instituição tão importante para a sociedade, às vezes, nem comparece às reuniões bimestrais.

A escola pública é um bem comum, onde ricos e pobres comungam conhecimento. Este bem comum precisa encontrar caminhos para que sua credibilidade realmente aconteça, e as famílias de baixa renda ou não, podem satisfazer-se em ver o rendimento dos seus filhos.

Políticas públicas existem, basta tão somente encontrarmos a rota que fará da escola pública a melhor trilha que o aluno possa trilhar em busca do conhecimento. A final, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

4.3. Dados recolhidos pela observação não participante na Secretaria Municipal de Educação.

Após o período de observação não participante na Secretaria Municipal de Educação, foi possível elaborar um relatório que tratava das ações desenvolvidas que reúne os resultados desta observação.

De acordo com os documentos, ações e políticas públicas desenvolvidas no ano de 2015, pode-se afirmar que o município foi agraciado com mais de R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais) dos recursos do FUNDEB, e através dos programas, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) enviou ao município mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para execução de projetos e programas federais no município.

Mesmo com suas dificuldades, neste ano, a rede de ensino do município de Brejo contou com 65(sessenta e cinco) escolas destinadas ao Ensino Fundamental e ao Ensino Infantil. Essas escolas estão localizadas em 8(oito) polos, que foram implantados para que os trabalhos se desenvolvessem com mais eficácia e favorecesse um melhor acompanhamento dos índices educacionais.

Os ensinos fundamental e infantil registraram, 9.682 (nove mil, seiscentos e oitenta e dois) alunos nas matrículas iniciais, que receberam toda atenção pedagógica dos profissionais da educação lotados na SEMED (Secretaria Municipal de Educação)

Além do Ensino Fundamental e Infantil, o município desenvolveu outros Programas impostos pelo Governo Federal, como estratégia para melhorar os índices educacionais do município, como também do Estado do Maranhão e do nosso país, uma vez que os índices encontram entre um dos mais desfavoráveis do mundo.

Embora esses Programas sejam importantes dentro das estratégias pensadas pelo Governo Federal para a área da Educação, percebemos que existe uma distância estrelar entre o discurso proferido em Brasília e os atos praticados no dia a dia educacional.

4.3.1. Programas Desenvolvidos:

O Programa Mais EDUCAÇÃO é a estratégia de indução de uma política de educação integral que tem como objetivo a oferta de atividades diversificadas no contra turno escolar, desenvolvidas tanto no interior escolar, quanto em outros espaços educativos.

Nesse sentido, o município de Brejo utilizou 28 escolas municipais, infra - assinaladas, localizadas tanto da zona urbana como na zona rural atendendo 1.650(mil seiscentos e cinquenta) alunos.

Para desenvolver tal atividade, o município utilizou 131(cento e trinta e um) monitores para trabalhar os eixos temáticos do programa onde letramento e alfabetização é o maior foco para os anos iniciais do ensino fundamental, que no contraturno os alunos envolvidos no programa obtém reforço escolar. Para isso, foi investindo a importância de R\$ 826.426,94(oitocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos) para seis meses de duração.

Quadro 9: Unidades Escolares que trabalharam com o Programa “Mais Educação”:

ESCOLA	ENDEREÇO	QTD
CEMOPS	PÇA CEL COUTO	148
U E PROF. FILOMENA	GUANABARA	15
U I ARMANDO B. COUTO	BAIRRO QUINTAS	193
U I PREFEITO ELIAS	PALESTINA	172
U E REUNIDA STA LUZIA	RIACHO DO MEIO	12
U E PLUTARCHO MARTINS FERREIRA	COMUM	26
U E PROF JAIME MARTINS	SÃO JOÃO DOS PILÕES	24
U E SUED FRAZÃO	ARRAIAL	24
U E ANTONIO MARTINS COSTA	VILA DAS ALMAS	145
U E DR MAGNO BACELAR	LAMEIRO	20
U E DR OTHON MELLO	R CANDIDO MENDES	47
U E NELSON CARVALHO	OLHO D'ÁGUA	35
U E RAIMUNDO ALVES DINIZ	JENIPAPO	29
U E PROF. HONÓRIO MARTINS	PÇA CEL COUTO	86
U E SANTA ALICE	SANTA ALICE	29
U E LUIS FONTINELES	OLARIA	52
U E TOBIAS PINHEIRO FILHO	BAIRRO BANDOLIM	29
U E SENADOR CLODOMIR MILLET	BAIRRO ESCALVADO	90
CRECHE D AFONSO	BAIRRO SANTO ANTONIO	57
U E SÃO BENEDITO	GAMELEIRA	24
U E ANTONIO CHAGAS DE SOUSA	ÁRVORES VERDES	37
U E PEDRO AMBRÓSIO	CRIULIS	128
U E ATENEU COSTA BACELAR	BAIRRO SANTO ANTONIO	59
U E DOMINGOS B. DE CARVALHO	ÁGUA BRANCA	57
U E CLEMENTE MACATRÃO	CORRENTE	31
U E JOAQUIM DINIZ REGO	BONITO	25
U E MANOEL GONÇALVES BASTOS	CAROBINHAS	37
U E JORGE ANTONIO BASTOS	GUARIMÃ	19
TOTAL	28	1.650

FONTE: Coordenadoria do Programa MAIS EDUCAÇÃO (SME)

O PROGRAMA PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), A estrutura conta com três subprogramas denominados de PDDE Acessibilidade, PDDE CAMPO e PDDE Água na

Escola e tem como objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular, além de fornecer água potável, assim como atender as necessidades estruturais das escolas de um modo geral

Assim, este Programa investiu em diversas unidades escolares a importância R\$ 88.596,08(oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e oito centavos) compreendendo as ações de perfuração de poço (UE Magno Bacelar), pequenas reformas(UE Magno Bacelar, UI Prefeito Elias Pessoa de Brito, UE Professor Honório Martins, CEMOPS, UI Nelson Carvalho, UE Mariano Santos, UE Plutacho Martins Ferreira, UE Santidade Pio X, UE José Pinto, UE Raimundo Alves Diniz, EM São Sebastião, UE professora Filomena, UE Governador Luis Rocha, UE Sued Frazão).

O PROGRAMA PNAIC - (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa), implementado no segundo semestre de 2013, tinha como objetivo garantir a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade (1º, 2º e 3º ano).

No nosso município o PNAIC paralisou, por decisão do Governo Federal, suas atividades no mês setembro/2015, após o término da primeira e única formação.

O Projeto TRILHAS foi criado em 2009, em parceria com a Comunidade Educativa (Cedac). Trata-se de uma tecnologia social, que utiliza um conjunto de materiais elaborados para auxiliar o trabalho dos professores em leitura, escrita e oralidade e tem o objetivo de inserir as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental em um universo letrado.

O TRILHAS propõe um conjunto favorável de metodologias inovadoras ao processo de alfabetização e, conseqüentemente, ao alcance da meta de atingir 6(seis) pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no País, até o ano de 2022.

Também está alinhado ao Plano Nacional de Metas/Compromisso Todos pela Educação, que estabelece, entre outros objetivos, a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade, assim como, o incentivo à leitura em sala de aula.

Embora inovador e considerado importante dentro das metas educacionais propostas pelo MEC, aquele Ministério de Educação não ofereceu condições para o município desenvolver o Projeto TRILHAS no município, que ficou paralisado neste exercício de 2015.

Programa ESCOLA DA TERRA teve adesão do município em 2014 perdurando até junho de 2015 e tem por objetivo promover a melhoria das condições de acesso, de permanência e de aprendizagem dos estudantes do campo e região de quilombolas nas próprias comunidades, utilizando uma formação adequada dos professores que atuam nas

turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, cujas turmas são compostas por estudantes de variadas idades.

Neste período de 2014/2015, o município promoveu uma formação adequada de 167(cento e sessenta e sete) professores, que trabalham na zona rural e/ou quilombolas.

O Programa PROJOVEM CAMPO/Saberes da Terra, cujo objetivo é despertar no aluno da zona rural o desejo de continuar seus estudos, assim como resgatar a agricultura familiar. O programa foi aderido em 2014 e encerrará em fevereiro de 2017.

Em 2015 atingimos 501 alunos com idade compreendida entre 18 a 29 anos e envolvemos um Coordenador Geral, 03 coordenadores de turma, 125 professores, 32 Monitores das salas de acolhimentos (filhos dos alunos) e 24 AOSG, funcionando em 22 escolas da zona rural do município.

Foi investido a importância de R\$ 1.225.500,00(hum milhão, duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais) em salários, formação continuada e compra de material didático pedagógico.

O Programa BRASIL ALFABETIZADO, cujo objetivo é a alfabetização de pessoas com idade mínima de 15 anos, podendo alcançar até pessoas que ainda tenham sanidade mental.

Embora importante dentro do contexto de combate ao analfabetismo, este Programa não aconteceu no ano de 2015, pois somente em setembro de 2015, foi que o Governo Federal publicou a Resolução N 08 de 24 de setembro de 2015, que trazia em seu bojo um conjunto de normas de procedimentos do Programa e mais o orçamento. Porém, vale frisar, que o Governo Federal não repassou os valores financeiros para o município desenvolver o supramencionado Programa.

Referindo-nos ao Programa de Educação de Jovens e Adultos Novas Turmas - EJA, vale salientar que o Governo Federal só liberou os recursos financeiros para o custeio do Programa em 25 de novembro de 2015, fato que impossibilitou o município de desenvolver as atividades inerentes ao EJA naquele exercício. Em virtude desse fato, o referido Programa começou suas ações em 12 de fevereiro de 2016.

4.3.2. Outras Atividades Desenvolvidas

Além da execução dos Programas educacionais, a Secretaria Municipal de Educação – SME realizou as seguintes ações no exercício de 2015:

1. formação continuada de 632 professores;
2. compra de 2. 170 livros para 2.117 alunos do Ensino Infantil;

3. compra 3.750 livros de reforço escolar para os alunos do 1º ciclo das séries iniciais do Ensino Fundamental, no intuito de melhorar os índices do IDEB, haja vista que as provas realizadas no município via Governo Federal/MEC seria realizada no final do segundo semestre do ano de 2015.
4. compra de material didático e lúdico para a sala de acolhimento dos filhos dos alunos do Programa PROJOVEM CAMPO – Saberes da Terra, no valor de R\$ 41.998,60
5. realização de uma Noite Cultural com diversas manifestações dos artistas da terra;
6. participou das festividades do Aniversário de Brejo com Gincanas, Apresentação das Fanfarras, Torneios entre Escolas, Corrida Pedestres etc...
7. realizou o Desfile Cívico.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela Secretaria Municipal de Educação, principalmente no que concerne aos atrasos dos recursos financeiros de origem federal, podemos afirmar que o exercício financeiro de 2015 foi produtivo, pois contamos com o apoio e o esforço individual de cada servidor, que não mediu esforços para que a educação alcançasse os seus objetivos mais prementes.

Pode-se perceber que foram atingidas todas as metas traçadas pela equipe de trabalho da SEMED que utilizou a criatividade e um bem elaborado planejamento de ações e metas. Pode-se afirmar que as metas não executadas e/ou não alcançadas se devem, única e exclusivamente, à ausência de compromisso assumido pelo Governo Federal com o município, que em determinados momentos esqueceu, que um país só se constrói com um investimento significativo na educação, que não pode se submeter à vontades de ter ou não ter recursos financeiros, materiais, didáticos e pedagógicos.

Como todos os programas recebidos pelo município são advindos do governo federal e as metas traçadas para o município por estes programas são feitas por técnicos do Ministério, que conhecem o município apenas através do que lhes é informado pelo Censo do IBGE, seria interessante desenvolver no município uma metodologia própria para customizar os programas, adequando-os às necessidades do município, para com o único objetivo de melhorar a qualidade da educação local.

Analisando a relatório supracitado, sabe-se que a educação municipal brejense, passa por momentos difíceis, assim como todas as escolas da rede pública do sistema brasileiro, mesmo assim, a educação tem por obrigação a avançar, massificar o conhecimento porque a educação

para todos, na rede pública municipal local seja imbuído de aprendizagens significativas para a vida.

Educação para todos com qualidade, na rede pública, ainda é um grande desafio a ser enfrentado no município, com tantos avanços tecnológicos, não é mister que a educação partilhada na rede privada de ensino seja melhor que a da rede pública. É inviável crianças, adolescentes e jovens estejam fora do mundo do conhecimento, abandonam seus estudos por não conseguir ler corretamente, entender as peculiaridades das ciências trabalhadas em sala de aula.

Infelizmente isto é real, é fato, porém, é primordial pensar-se na escola pública como protagonizadora de direitos sócioeducativos, e não estigmatizadora de desigualdade. Que a educação pública que queremos para o município e quais caminhos possíveis para chegar a qualidade e equidade seja nossa questão de chegada para novas questões de partida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos aspectos conclusivos desta pesquisa foram-se evidenciando ao longo do estudo da educação pública municipal, deixando um questionamento no ar pela qualidade de mão de obra ofertada: o professor, pelas estruturas físicas das escolas que se assemelham as das escolas privadas, até mesmo com materiais de qualidade que superam das demais escolas. Após a pesquisa realizada, as análises realizadas e a conclusão deste trabalho, ficou claro que o problema maior que o município vem atravessando na educação, que levam os alunos migrarem das escolas públicas para as escolas particulares, parece ser o fracasso escolar.

A não aprendizagem da leitura, a insatisfação das famílias, o IDEB do município cada vez mais decrescendo, dentre outras situações fazem com que o fenômeno da emigração ocorra frequentemente. Parecem serem necessárias mudanças nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

O aumento das expectativas dos pais, no que diz respeito a educação dos filhos influencia para migração dos alunos da escola pública para a privada. Em muitos casos, o mau ensino, atribuído ao despreparo do professor da rede pública, sustenta também esta migração. Desta forma pode-se compreender o porquê de muitos alunos migraram das escolas públicas para as privadas. Sem apontar culpados, é necessário um novo começo, um reencantar pela a educação por parte do professor, a ponto de envolver o seu aluno para que a aprendizagem flua, aconteça.

Segundo Pretto, (2001, p.66), “só uma transformação profunda pode impor a implantação de políticas educacionais coerentes com as transformações da sociedade como um todo”.

É sabido que as mudanças estão acontecendo, porém é um processo lento, mas é visível. Para tanto, o que se propõe à gestão municipal do município pesquisado, é elaborar mais projetos que possam incluir políticas quer seja para a formação continuada dos professores, quer seja no acompanhamento e na implementação de avaliação da rede municipal de ensino para professores para que seja possível resgatar a qualidade da educação da escola pública, e para que a equidade aconteça. Isto só será possível através da implementação e políticas públicas, que viabilizem a democratização de ideias que favoreçam tanto a gestão pública quanto a população.

A democratização do acesso a todos só pode ser possível através de projetos com parceiros que têm o mesmo propósito de ver mudanças significativas. Como também as ações

estabelecidas sejam contínuas e que possam fortalecer laços entre comunidade e gestão para que a educação chegue ao patamar almejado por todos.

O tema deste trabalho é inesgotável, assim também, as políticas públicas quando são levadas à sério pelos governantes, pois tudo que é feito com responsabilidade e força de vontade dá certo. O não conhecimento e participação da população no planejamento, elaboração e execução das políticas públicas aplicadas ao desenvolvimento de ações que favoreçam a educação podem obter consequências não desejosas e revoltosas e a educação, pode estagnar, levando a ao descrédito do público e a tolher seus sonhos, objetivos e desejos. Ademais, a disseminação da informação é o elemento essencial para o entendimento das transformações ocorridas ou que vão ocorrer para satisfação ou não de todos.

Espera-se que os anos posteriores sejam melhores que os anos anteriores, mesmo sabendo que o país está passando por momentos difíceis, espera-se que as políticas públicas, mesmo sofrendo alguns cortes, ainda são suportes importantes para o desenvolvimento da educação local e de todo o país.

A população local, pelo menos a maioria, está ciente que as políticas públicas podem ajudar a realizar o desejo de ingressar em um patamar de relacionamento, de portas abertas, entre a população e o governo local para ajudar e juntos fazer do município uma cidade do conhecimento, pois esta já é reconhecida pelas cidades circunvizinhas como tal.

É interessante constatar como famílias de baixa renda, de nível cultural e social baixo, investiram o benefício do bolsa família na formação dos filhos, procurando no ensino privado a qualidade que o ensino público não lhes dava, as aprendizagens básicas nomeadamente a leitura. Os pais de baixa renda querem para seus filhos o mesmo que os filhos de outras classes tem – um ensino de qualidade

Na perspectiva de que este trabalho possa contribuir para educadores, profissionais da educação, instituições e gestores municipais que desejam ousar para melhoria da população voltada para o conhecimento, deixa-se aqui o desafio a estes para que pensem nas políticas públicas como importantes aliados no sistema educacional e na sociedade em geral, que obviamente sob uma orientação clara de educação, aprendizagem e ensino, podem promover o exercício pleno da cidadania para melhoria do país.

Desafia-se ainda aos profissionais da educação reerguer o ensino público para que as famílias de baixa renda voltem a matricular seus filhos nas escolas públicas do município, sem necessitar em pagar pela educação de qualidade de seus filhos, dando-lhes oportunidade de qualificarem e adquirirem a uma vida melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu. (2011). O Programa Bolsa Família: entre a proteção e a desproteção social de seus beneficiários. Rio das Ostras: UFF.
- Assistência social e cidadania. (2009). Porto Alegre: Ministério do Bem-Estar Social. 62p.
- Parceria entre o Ministério, Conselho Nacional de Assistência Social, Legião Brasileira de Assistência, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, e Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul.
- Brasil. (2004). *Programa Bolsa Família*. Brasil: MDS.
- _____. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: MDS.
- _____. (2007a). *Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica*, Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: [www.planodecarreira.mec.gov.br/\[...\]pdf](http://www.planodecarreira.mec.gov.br/[...]pdf). Acesso: 01.12.2017.
- _____. (2007b). Programa Bolsa Família e Condicionalidades. Brasília: MDS.
- _____. (2010). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: [s. n.].
- _____. (2013). *Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96*. São Paulo: Saraiva.
- Brasil. *Relatório do município de Brejo-MA*. Disponível em: [http://educacenso.inep.gov.br/relatorio/municipal/\[...\]/xls](http://educacenso.inep.gov.br/relatorio/municipal/[...]/xls). Acesso: 03 de Fevereiro de 2016
- _____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 Abr. 2016.
- _____. (2014). *Plano Nacional da Educação*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 de abril de 2015.
- _____. (2010). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB.
- _____. (2012). Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Brasília: MEC/SEB.
- _____. (2014). Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Brasília: FNDE/MEC.
- Campos Filho, Antônio Claret. (2007). *Transferência de renda com condicionalidades: Uma Análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no Município de Nova Lima*. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

- Costa, M. V. (org.). (2009). *A escola tem futuro?*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Costa, R. (2011). Da paixão de ensinar à paixão de aprender/ Entrevista com Hamilton Werneck. In: *Rev. Construir Notícias*, nº 57, ano X, março/abril.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1995). Brasília:MEC/MDS.
- Dedecca, Cláudio; barbieri, Carolina Veríssimo. (2005). *Fome Zero e pilotos para a política social*. Sl. Disponível em:<www.fomezero.gov.br/documentos>. Acesso em: 8 de Janeiro de 2018.
- Ferrari, M. *Anísio Teixeira o inventor da escola pública no Brasil*. Disponível em: revistanovaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/anísio-teixeira-428158.shtml. Publicado em outubro de 2008. Acessado em: 20.09.2013.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. 23ª. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- _____. (2011). *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Trad. Adriana Lopes. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2011). *Alfabetização: leitura do mundo, leitura de palavra*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria A. Freire. Carta-Prefácio de Balduino A. Andreda. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frison, M. D.; Viana, J.; Chaves, J. M.; Bernard, F. N.(2009). *Livro Didático: como instrumento de apoio para a construção de projetos de ensino de Ciências Naturais*. VII ENPEC, ISSN: 21766940. Florianópolis, 08 de novembro.
- Gadotti, M. (2007). Novas perspectivas para a educação. In: *Revista Pátio*, Ano XI, ISSN 1518-305x, Nº41, pág. 8-11, fev/abril.
- _____. (2007). *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Gérard, F. M.; Roegiers, X. (1998). *Concevoir et évaluer des manuels scolaires* Bruxelas. De Boeck – Wesmail (tradução Portuguesa de Júlia Ferreira e de Helena Peralta, Porto).

- Holfing, Eloisa de Mattos. (2001). *Estados e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: www.cielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf. Acesso em: 18.01.2018.
- Ibge. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 20 de abril de 2015.
- Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Anísio Teixeira*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>.
- Libâneo, J. C. (2008). *Educação Escolar: estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.
- Macatrão, Roque Pires. (2009). *História do Brejo dos Anapurus*. 2. ed. São Luís: Lithograf, .
- Maranhão, B. (2015). *Plano Municipal de Educação – PME*. Brejo: SME/SEE.
- MEC. (2004). Ministério da Educação e Cultura. Brasília: MEC.
- Minayo, M. C. de S. (Org.). (1994). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Neto, Veiga. (2003). Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A.
- Nogueira, M. de O. (2011). *Pais, Professores e a escolarização dos filhos*. 2011. 264f. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Oliveira, A. F. de. (2010). Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Oliveira, A. F. de. *Fronteiras da educação: tecnologias e políticas*. Goiânia - Goiás: PUC Goiás.
- Oliveira, R. P. D. (2007). Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: uma análise histórica. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 661-690.
- Perrenoud, P. (2000). *Dez novas competências para ensinar*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Pretto, N. *Educação e novo milênio: as novas tecnologias da comunicação e informação e a educação e tecnologias da comunicação e educação*. Texto disponível no site <http://www.ufba.br/~pretto/textos/rbe11.htm> (Acesso: 08.03.16).
- PORTO, Cristina L. (2003) *Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/jbdd/teimp.htm>>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.
- Reis, F. L. dos. (2010). *Como elaborar uma dissertação de Mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: PACTOR.

- Sen, Amartya. (1999). Capítulo 4, *La Pobreza como privación de capacidades, en Desarrollo y Libertad*. Editorial Planeta S.A., Buenos Aires, pp. 114-141
- Souza, R. J. de. (1992). Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam. Bauru: USC.
- Vergara, S. C. (2003). *Projetos e relatórios em administração*. 4.ed. São Paulo: Atlas.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Guião de Entrevista

Objetivo: caracterizar as famílias dos alunos que migraram do ensino público para o Ensino Particular, conhecer as razões que estiveram na origem desta opção

Entrevista a realizar com as 20 famílias de alunos bolsistas e 10 não bolsistas estavam na rede de um município do Estado do Maranhão

1 Género:

() Masculino () Feminino

2 Idade:

() 20 a 29 anos () 30 – 49 anos () 50 e mais anos

3 Renda da família:

() inferior ao salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 salários mínimos ou mais salários mínimos

4 Sua família participa do programa bolsa Família?

5 Qual a sua formação?

6 Porque escolheste a escola privada para seu filho estudar, se o município oferta educação gratuita?

7 O que você entende por fracasso escolar?

8 Você está satisfeito com a aprendizagem de seus filhos na escola privada?

() Sim () Não

Justifique sua resposta.